



EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE	Pregão Eletrônico nº 90001/2026 – CAU/SP	
	OBJETO	
	Contratação de serviços de espaço em coworking e locação de espaço físico para armazenamento de bens, a serem executados sem regime dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	
	FUNDAMENTAÇÃO	
	Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, demais Leis e Decretos e Normativas aplicáveis e as exigências estabelecidas neste Edital.	
SESSÃO PÚBLICA	25/02/2026 – 10h00 – Horário de Brasília	
LOCAL	www.gov.br/compras	
PREGOEIRO	Nelson Andrade	
PROCESSO ADMINISTRATIVO	DECRETO 7.174/2010	INTERVALO DE LANCES
00179.004286/2025-27	Não	2,5 % (dois inteiros e cinco décimos por cento)
EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADA	COTA RESERVADA ME/EPP	QUANTIDADE DE ITENS
Não	Não	02 (três) itens
MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	REGIME DE EXECUÇÃO
Aberto	Menor Preço	Preço Global
INSTRUMENTO CONTRATUAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO	CATMAT/CATSER
Termo de Contrato	R\$ 2.271.979,20	CATSER: 4316, 17167
VISTORIA	AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO	ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO
Facultativa	Não	Até 20/02/2026
	OBSERVAÇÕES GERAIS	
	Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no compras.gov e as especificações constantes deste Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as últimas, em especial, as contidas no Termo de Referência.	

	<p>As sessões públicas dos Certames do CAU/SP podem ser acompanhadas no endereço: www.gov.br/compras: Cód. UASG “926.507”. O Edital de Licitação, anexos e outras informações estão disponíveis para download em: www.transparencia.causp.gov.br ou em www.gov.br/compras</p>	<p>Baixe o APP Compras.gov.br e apresente sua proposta</p>

**PREGÃO
ELETRÔNICO**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO - CAU/SP

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 00179.004286/2025-27

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO - CAU/SP, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos, sediado na Rua Quinze de Novembro, 194, bairro Centro, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01013-000, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação Contratação de serviços de espaço em coworking e locação de espaço físico para armazenamento de bens, a serem executados sem regime dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou

empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos

estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor total do item e do grupo expresso em Reais (R\$);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem

crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17.1 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.17.1.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.17.1.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.1.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.1.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.1.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.1.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 empresas brasileiras;

6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.3.5 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópias digitais inseridas em campo específico da Licitação.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. fraudar a licitação;
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@causp.org.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.transparencia.causp.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

13.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado - IMR

13.11.3. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

São Paulo, 04 de Fevereiro de 2026

Camila Moreno de Camargo
Presidente do CAU/SP



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO, Presidente CAU/SP**, em 04/02/2026, às 10:44 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **CAC4F08B** e informando o identificador **0879933**.

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo: 00179.004286/2025-27

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de espaço em coworking e locação de espaço físico para armazenamento de bens, a serem executados sem regime dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de espaço em coworking	4316	Mês	24	R\$ 67.436,00	R\$ 1.618.464,00
2	Locação de espaço físico para armazenamento de bens	17167	Mês	24	R\$ 27.229,80	R\$ 653.515,20
TOTAL						R\$ 2.271.979,20

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O serviço é enquadrado como contratados por escopo.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **24 meses** contados do(a) **emissão da ordem de serviço**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo prorrogado automaticamente quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação será incluído no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme justificativa nos Estudos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. **ITEM 1: Contratação de espaço coworking**

4.2.1. O imóvel a ser locado deverá apresentar comprovação de acessibilidade.

Subcontratação

4.3. **ITEM 1 - Contratação de espaço coworking:** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual.

4.4. **ITEM 2 - Locação de espaço físico para armazenamento de bens:** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Vistoria

4.6. O CAU/SP realizará vistoria nos imóveis indicados pela licitante, previamente à assinatura do contrato.

4.6.1. Durante a fase de licitação, o CAU/SP poderá requisitar dos licitantes documentos comprobatórios, como fotos, folders, vídeos, ou realizar visita técnica, com o objetivo de verificar as condições físicas das instalações oferecidas.

4.6.2. A vistoria, mesmo quando realizada, não exime a licitante do cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A partir de 7 dias após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da administração.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

ITEM 1: Contratação de espaço coworking

5.2.1. O espaço contratado deverá atender às seguintes exigências mínimas, garantindo condições adequadas de trabalho, reuniões, atendimento ao público e suporte técnico. O imóvel deverá estar localizado no Centro Histórico de São Paulo ou nas proximidades da Avenida Paulista, regiões que oferecem fácil acesso por transporte público e atendem à logística institucional do CAU/SP.

5.2.2. Ambientes exclusivos:

5.2.2.1. Ambiente mobiliado com 30 postos de trabalho, em área mínima de 62 m²;

5.2.2.2. 4 salas de reunião fixas, mobiliadas, cada uma com capacidade para 15 pessoas, área mínima de 28 m² e infraestrutura para instalação de equipamentos de videoconferência caso já não esteja disponível.

5.2.2.3. 1 sala mobiliada para a presidência, com capacidade para reuniões de até 6 pessoas e área mínima de 20 m², que permita equipamentos para videoconferência;

5.2.2.4. 1 sala de atendimento ao público, com área mínima de 25 m², equipada com 2 mesas separadas,

cadauma com 3 cadeiras (sendo uma para o atendente, uma para o profissional atendido e uma para eventual acompanhante);

5.2.2.5. 1 sala mobiliada para a equipe terceirizada, com área aproximada de 10 m², para acomodar 4 pessoas;

5.2.2.6. 1 sala para o CPD (Centro de Processamento de Dados), com área mínima de 5 m², equipada com pelo menos 4 tomadas 220V e ar-condicionado com no mínimo 10.000 BTUs;

5.2.2.7. Lockers com volume total equivalente a 5 m³, destinados ao armazenamento de materiais e equipamentos de uso rotativo;

5.2.2.8. Disponibilização de impressões e digitalizações ilimitadas ou, alternativamente, permissão para instalação e uso da impressora própria do Conselho.

5.2.3. Infraestrutura compartilhada com outras empresas:

5.2.3.1. Recepção compartilhada, com controle de acesso, recebimento e despacho de correspondências;

5.2.3.2. Copa equipada, com fornecimento ilimitado de água, café, chá, açúcar e adoçante, geladeira, micro-ondas e espaço para refeições rápidas;

5.2.3.3. Internet dedicada de alta velocidade, segura e estável.

5.2.3.4. Sistema de climatização em todos os ambientes exclusivos e compartilhados;

5.2.3.5. Serviços de limpeza e manutenção inclusos no valor do contrato.

5.2.3.6. Banheiros adequados e limpos ao uso dos frequentadores, com fornecimento de materiais de higiene.

5.2.4. Mobiliário e funcionamento:

5.2.4.1. O local deverá possuir mobiliário completo e ergonômico;

5.2.4.2. O espaço deverá oferecer acesso, no mínimo, de segunda a sexta, das 7h às 20h.

COWORKING - QUADRO RESUMO

SALA	ÁREA MÍNIMA (M ²)	Nº DE PESSOAS	QTDE MÍNIMA DE SALAS	OBSERVAÇÕES
Funcionários em geral	62	30	1	O ambiente deve ser mobiliado com 30 postos de trabalho.
Reuniões	28	15	4	Salas mobiliadas no formato reuniões, com infraestrutura para instalação de equipamentos de videoconferência caso já não esteja disponível. O layout deve favorecer o intuito da sala, permitindo contato visual, interação e colaboração entre os participantes.
Presidência	20	6	1	A sala deve oferecer mobiliário para acomodar confortavelmente a presidente, permitindo que, além de uma estação de trabalho, seja possível realizar reuniões com até 6 pessoas. A sala deve oferecer ou permitir equipamentos para videoconferência.

Atendimento	25	6	1	A sala de deve ser equipada com 2 mesas separadas, cada uma com 3 cadeiras (sendo uma para o atendente, uma para o profissional atendido e uma para eventual acompanhante).
Terceirizados	10	4	1	A sala deve oferecer mobiliário para acomodar confortavelmente quatro funcionários.
CPD	5	-	1	A sala será utilizada apenas para armazenamento dos equipamentos, não necessitando de mobiliário, mas deve ser equipada com pelo menos 4 tomadas 220V e ar-condicionado com no mínimo 10.000 BTUs;

ITEM 2: Locação de espaço físico para armazenamento de bens

5.2.4.3. O espaço deverá dispor de área útil mínima de 480 m², estar localizado em condomínio e, preferencialmente, contar com planta livre para melhor aproveitamento da área de armazenagem.

5.2.4.4. O imóvel deverá situar-se, de preferência, no Centro Histórico de São Paulo, admitindo-se localização em até 10 km de distância da sede do CAU/SP, situada na Rua Quinze de Novembro, nº 194, Centro – São Paulo/SP.

5.2.4.5. O local será utilizado para armazenamento de mobiliário, equipamentos, impressos institucionais, materiais de almoxarifado, itens de escritório, materiais de limpeza e gêneros alimentícios e deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- 5.2.4.5.1. condições adequadas de ventilação e iluminação;
- 5.2.4.5.2. piso resistente e em bom estado de conservação, compatível com a movimentação e armazenamento de bens;
- 5.2.4.5.3. sistema de prevenção e combate a incêndio, conforme legislação vigente;
- 5.2.4.5.4. acesso facilitado para carga e descarga;
- 5.2.4.5.5. Permitir a montagem de armário deslizante do tipo mecânico;
- 5.2.4.5.6. segurança patrimonial (portaria 24h ou controle de acesso);

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. **ITEM 1 - Coworking:** A proposta deverá contemplar todos os custos com aluguel, condomínio, água, energia elétrica, IPTU, ar-condicionado, limpeza e demais encargos necessários ao uso do espaço, bem como taxa de ativação por ocupação e usuários com rotatividade híbrida, caso seja necessário. Atualmente, o CAU/SP conta com 171 funcionários vinculados à sede do CAU/SP e 154 conselheiros, sendo 77 titulares e 77 suplentes, embora a expectativa seja de que nem todos façam uso do local.

5.4. **ITEM 2 - Imóvel para armazenamento dos bens:** A proposta apresentada deverá abranger todos os encargos financeiros relacionados ao imóvel, inclusive o valor do condomínio e do IPTU.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.20. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.21. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 6.21.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 6.21.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - 6.21.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 6.21.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.22. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.23. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.24. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.25. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.26. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.27. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.28. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.29. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.30. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.31. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.32. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.33. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

Gestor do Contrato

6.34. Cabe ao gestor do contrato:

6.34.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.34.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.34.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.34.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.34.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.34.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.34.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.34.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.34.9. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.34.10. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.35. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no documento 0697392.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

- 7.4.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.4.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.4.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período finalização da execução de cada item.
- 7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.10.2. *o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*
- 7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos

relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/12/2025.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (30 por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação. [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
- 9.4. Matrícula atualizada do imóvel;
- 9.5. Comprovante de endereço e número de inscrição cadastral municipal (IPTU);
- 9.6. Habite-se ou Auto de conclusão;
- 9.7. Plantas do imóvel;
- 9.8. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido e atualizado
- 9.9. Comprovação de acessibilidade (exigência apenas para o item 1)
- 9.10. Comprovação de titularidade ou posse legítima do imóvel;
- 9.11. **Laudo de vistoria técnica** (realizado pela Administração antes da locação, para comprovar o estado de conservação e a adequação);

Habilitação jurídica

- 9.12. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.20. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.27. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do

tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.30. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.31. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.32. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	1.1. Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.33. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 5% do valor total da parcela pertinente.
- 9.34. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.35. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.36. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.37.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a

habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 2.271.979,20** (dois milhões, duzentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CAU/SP.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Código Centro de Custo: 02.01.005.003;

II - Título do Plano de Ação: Manutenção da Nova Sede (Rua XV de novembro, 194);

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento do CAU/SP e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2026.

NOME DO RESPONSÁVEL

Rafael Fernandes de Azevedo/Supervisor de Zeladoria e Manutenção Predial/Coordenação de Serviços e Suporte

Gisele Gomes de Vitto/Coordenadora/Coordenação de Serviços e Suporte

CIENTE

NOME DO RESPONSÁVEL

Karina Vieira Lima Lopes/Gerente

Camila Moreno de Camargo/Presidente



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL FERNANDES DE AZEVEDO, Supervisor(a) de Zeladoria e Manutenção Predial**, em 03/02/2026, às 12:28 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GISELE GOMES DE VITTO, Coordenador(a) de Serviços e Suporte**, em 03/02/2026, às 12:35 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIEIRA LIMA LOPES, Gerente Administrativa**, em 03/02/2026, às 15:11 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO, Presidente CAU/SP**, em 04/02/2026, às 10:44 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **770C68C1** e informando o identificador **0878338**.



INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

Avaliação da qualidade dos serviços

Item 1 - Locação de coworking (espaço físico de escritório)

Indicador	
Nº 1 - Disponibilidade do Espaço	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os postos de trabalho contratados estejam disponíveis durante todo o período pactuado.
Meta a cumprir	100% de disponibilidade dos postos contratados
Instrumento de medição	Relatórios de acesso
Forma de acompanhamento	Conferência mensal pela fiscalização, com base nos relatórios e registro de ocorrências.
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	(Quantidade de dias com indisponibilidade/Quantidade de dias do mês) x 100
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	100%: 100% do pagamento 90% a 99,9%: desconto de 5% 80% a 89,9%: desconto de 10% < 80%: desconto de 20%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Considera-se indisponibilidade qualquer período em que os postos não estejam acessíveis ou utilizáveis.

Indicador	
Nº 2 - Condições de Infraestrutura	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a qualidade do mobiliário, climatização, iluminação, internet e energia elétrica

Meta a cumprir	100% de conformidade com os padrões contratados.
Instrumento de medição	Checklist de vistoria técnica e relatório de manutenção
Forma de acompanhamento	Vistorias periódicas realizadas pelo fiscal do contrato
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	(Quantidade de dias sem conformidade/Quantidade de dias do mês) x 100
Início de Vigência	Data da ocupação inicial do espaço
Faixas de ajuste no pagamento	100%: 100% do pagamento 90% a 99,9%: desconto de 0,5% 80% a 89,9%: desconto de 1% < 80%: desconto de 3%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Abrange mesas, cadeiras, tomadas, climatização, iluminação, rede wi-fi

Indicador	
Nº 3 - Atendimento e Suporte	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a presença de equipe de apoio (recepção, suporte técnico básico) durante o horário de funcionamento.
Meta a cumprir	Tempo máximo de resposta a chamados de até 15 minutos
Instrumento de medição	Relatórios de chamados e registros de atendimento
Forma de acompanhamento	Verificação dos registros e relatos de usuários
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	chamados atendidos acima de 15min/total de chamados x 100
Início de Vigência	Data da ocupação inicial do espaço
Faixas de ajuste no pagamento	90% a 100%: 100% do pagamento 70% a 89,9%: desconto de 1% 60% a 79,9%: desconto de 3% < 60%: desconto de 5%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades

Observações	Inclui suporte de recepção, credenciamento, TI básica, manutenção, limpeza e orientação de usuários
--------------------	---

Item 2 - Locação de imóvel para armazenamento de bens materiais;

Indicador	
Nº 1 - Condições de infraestrutura física	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o imóvel esteja em condições adequadas de conservação (piso, paredes, cobertura, instalações elétricas e hidráulicas).
Meta a cumprir	De 90% a 100% de conformidade
Instrumento de medição	Checklist de vistoria técnica e relatórios de manutenção preventiva/corretiva
Forma de acompanhamento	Vistorias periódicas do fiscal do contrato
Periodicidade	Trimestral.
Mecanismo de Cálculo	(Quantidade de dias sem conformidade/Quantidade de dias do mês) x 100
Início de Vigência	Data da ocupação inicial do espaço
Faixas de ajuste no pagamento	90% a 100%: 100% do pagamento 70% a 89,9%: desconto de 1% 60% a 79,9%: desconto de 3% < 60%: desconto de 5%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Inclui ausência de infiltrações, rachaduras, falhas elétricas ou hidráulicas.

Indicador	
Nº 2 - Segurança patrimonial do condomínio	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a integridade dos bens armazenados, com vigilância e monitoramento adequados.
Meta a cumprir	Monitoramento e segurança ativa 24h/dia, 7 dias/semana.

Instrumento de medição	Registros da central de monitoramento/recepção
Forma de acompanhamento	Fiscalização administrativa mediante solicitação de relatórios periódicos e vistorias.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Dias sem monitoramento ativo/total de dias do mês x 100
Início de Vigência	Data da ocupação inicial do espaço
Faixas de ajuste no pagamento	100%: 100% do pagamento 90% a 99,9%: desconto de 1% 80% a 89,9%: desconto de 3% < 80%: desconto de 5%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Inclui CFTV funcional, vigilância humana ou eletrônica, controle de acesso e protocolos de segurança do condomínio

Item 3 - Contratação de empresa especializada para execução de transporte de bens materiais/mudança

Indicador	
Nº 1 - Cumprimento de prazos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o transporte e a execução das mudanças ocorram dentro dos prazos estabelecidos no cronograma
Meta a cumprir	de 90% a 100% das etapas cumpridas dentro do prazo
Instrumento de medição	Cronogramas aprovados
Forma de acompanhamento	Presencialmente, durante a execução, pelo fiscal do contrato
Periodicidade	A cada execução da mudança
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de dias de atraso/quantidade total de dias acordados para realização do serviço x 100
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	90% a 100%: 100% do pagamento 70% a 89,9%: desconto de 1% 60% a 79,9%: desconto de 3% < 60%: desconto de 5%

Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Atrasos por motivos de força maior, devidamente justificados, não serão considerados

Indicador	
Nº 2 - Integridade dos bens transportados	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar que os bens sejam transportados sem avarias
Meta a cumprir	100% dos bens sem danos
Instrumento de medição	Termos de conferência, relatórios de vistoria, registros de ocorrência
Forma de acompanhamento	Conferência física pela fiscalização e checklist dos servidores responsáveis
Periodicidade	A cada execução da mudança
Mecanismo de Cálculo	Itens entregues com avarias/total de itens transportados x 100
Início de Vigência	A partir da primeira execução do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	100%: 100% do pagamento 90% a 99,9%: desconto de 0,5% 80% a 89,9%: desconto de 1% < 80%: desconto de 3%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Considera-se dano qualquer quebra, arranhão, perda de peça ou defeito decorrente do transporte.

Indicador	
Nº 3 - Qualidade da embalagem e identificação	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a adequada proteção dos bens com embalagem apropriada e identificação correta de cada item/volume
Meta a cumprir	De 90% a 100% dos bens embalados corretamente
Instrumento de medição	Checklist de embalagem, etiquetas de identificação, conferência de inventário.

Forma de acompanhamento	Verificação in loco pela fiscalização e conferência com a listagem fornecida pela contratada.
Periodicidade	A cada execução da mudança
Mecanismo de Cálculo	Itens mal embalados e sem identificação/total de itens transportados x 100
Início de Vigência	A partir da primeira execução do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	90% a 100%: 100% do pagamento 70% a 89,9%: desconto de 0,5% 60% a 79,9%: desconto de 1% < 60%: desconto de 3%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	A embalagem deve ser adequada ao tipo de bem (vidros, eletrônicos, móveis, arquivos)

Indicador	
Nº 4 - Montagem e desmontagem de mobiliário e arquivos deslizantes	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução correta da montagem e desmontagem de móveis e arquivos, sem prejuízo à sua integridade.
Meta a cumprir	100% de conformidade nos serviços executados
Instrumento de medição	Checklist de embalagem, etiquetas de identificação, conferência de inventário.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelo fiscal técnico durante e após a execução
Periodicidade	A cada execução da mudança
Mecanismo de Cálculo	Móveis montados incorretamente/total de móveis a serem desmontados e montados x 100
Início de Vigência	A partir da primeira execução do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	100%: 100% do pagamento 90% a 99,9%: desconto de 0,5% 80% a 89,9%: desconto de 1% < 80%: desconto de 3%
Sanções	Glosa proporcional ao percentual de inconformidades
Observações	Inclui regulagem de dobradiças, encaixes e fixação adequada



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL FERNANDES DE AZEVEDO, Supervisor(a) de Zeladoria e Manutenção Predial**, em 01/09/2025, às 12:31 (horário de Brasília), conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **38B77143** e informando o identificador **0697392**.

Rua Quinze de Novembro, 194 - Bairro Centro - São Paulo/SP | CEP 01013-000 | Telefone:

00179.004286/2025-27 - Mudança temporária da sede do CAU/SP durante período de obras

0697392v17

Criado por [rafael.azevedo](#), versão 17 por [gisele.vitto](#) em 29/08/2025 15:05:25.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - SP

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP realizará uma reforma geral e completa em sua sede institucional, localizada na Rua Quinze de Novembro, nº 194, Centro – São Paulo/SP. A intervenção abrangerá todas as instalações físicas do edifício, bem como componentes estruturais e funcionais.

Devido à extensão e complexidade da obra, bem como à natureza das intervenções, será inviável manter a ocupação no imóvel durante os trabalhos, que poderia comprometer a segurança dos ocupantes, gerando riscos de acidentes, contaminação por poeira e exposição a ruído.

Dessa forma, o edifício deverá ser desocupado integralmente por prazo estimado de 24 meses. Para viabilizar essa desocupação sem prejuízo à continuidade das atividades institucionais e administrativas, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, abrangendo as seguintes necessidades:

- Espaço temporário para armazenar os bens móveis, com condições adequadas de segurança patrimonial, controle de acesso e cobertura por seguro, destinado à guarda temporária dos móveis, equipamentos e demais materiais institucionais, durante todo o período da reforma;
- Espaço destinado ao trabalho presencial, com infraestrutura compatível às necessidades operacionais do CAU/SP, permitindo a continuidade das atividades que exigem presença física, tais como reuniões de comissões, atendimentos ao público, coleta biométrica e demais rotinas institucionais;

A contratação desses serviços é necessária para assegurar a continuidade da operação institucional do CAU/SP, proteger o patrimônio público sob sua responsabilidade e garantir condições adequadas de trabalho temporário aos seus colaboradores e conselheiros, durante o período de indisponibilidade da sede oficial.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços e Suporte	Gisele Gomes de Vitto
Gerência Administrativa	Karina Vieira Lima Lopes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Padrões mínimos de qualidade**

Sustentabilidade: Comprovação de acessibilidade para o espaço destinado ao trabalho presencial.

Serviços comuns: Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois envolvem atividades cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente no edital e nos demais documentos técnicos, com base em especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

Atividades materiais, acessórias e instrumentais: A presente contratação refere-se à execução de atividades materiais, acessórias, instrumentais e complementares às funções institucionais do CAU/SP, conforme previsão do art. 48 da mesma Lei. Tais serviços não integram a atividade-fim da Autarquia, mas são essenciais para garantir o suporte operacional necessário à continuidade dos trabalhos administrativos e institucionais durante a desocupação temporária do edifício-sede para realização da reforma geral.

Natureza e duração do serviço: Os serviços não possuem natureza continuada, uma vez que não demandam execução ininterrupta ou repetitiva, tampouco estão ligados à manutenção rotineira de atividades permanentes do CAU/SP. Trata-se de uma contratação por escopo, com objeto bem delimitado e execução vinculada à conclusão das obras de reforma da sede. Considerando a complexidade da intervenção no edifício e eventuais prorrogações decorrentes do andamento da reforma, estima-se que a contratação tenha duração de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de início dos serviços. Tal previsão encontra respaldo no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, no qual estabelece que “a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital”, desde que observada a disponibilidade de créditos orçamentários e, para contratações que ultrapassem um exercício financeiro, eventual previsão no Plano Plurianual.

Regime de Execução: Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, adota-se o regime de execução indireta, na modalidade empreitada por preço global. Tal escolha se justifica por se tratar de serviços com escopo previamente definido e de fácil mensuração, permitindo a fixação de valores totais para cada objeto contratado. Assim, no caso de coworking e locação de imóvel, o pagamento será realizado em parcelas mensais fixas, previamente estipuladas em contrato.

Garantia contratual: Considerando a natureza comum, o escopo definido e a execução pontual dos serviços, a garantia contratual não será exigida, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que prevê sua adoção somente quando necessária para garantir a fiel execução do contrato. Os riscos relacionados ao armazenamento e integridade dos bens serão mitigados pela exigência de seguro. Além disso, os pagamentos serão feitos somente após a entrega, garantindo maior controle e segurança à Administração. Dessa forma, entende-se que os mecanismos adotados são suficientes para proteger o interesse público e assegurar o bom desempenho da contratada, dispensando a garantia contratual.

Qualificação técnico operacional: Considerando as características do objeto a ser contratado, opta-se pela não exigência de atestado de capacidade técnica como requisito de habilitação, tendo em vista que tal exigência poderia restringir a competitividade do certame. Ressalta-se que o objeto não se trata de contratação comumente realizada por órgãos ou entidades da Administração Pública, o que reduz significativamente a possibilidade de que potenciais fornecedores possuam atestados emitidos por entes públicos, ainda que detenham plena capacidade técnica, operacional e econômica para sua execução.

5. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade de desocupação temporária da sede do CAU/SP para a realização da reforma geral do edifício, foram avaliadas diferentes soluções para atendimento às demandas de armazenamento dos móveis e continuidade das atividades presenciais.

Inicialmente, foi considerada a hipótese de manter uma ocupação mínima essencial no próprio edifício durante a obra, destinando cerca de 140 m² do pavimento térreo para a realização de atividades imprescindivelmente presenciais, como a coleta biométrica. Essa área seria a primeira a ser reformada. Contudo, a solução foi

descartada em razão de fatores como ruído, poeira e comprometimento das condições sanitárias e de segurança, gerando desconforto e riscos aos colaboradores.

Também foi consultada a disponibilidade de imóveis pertencentes ao Patrimônio da União que pudessem ser cedidos temporariamente ao CAU/SP. No entanto, conforme, "Declaração de Indisponibilidade de Imóveis" (anexo a este ETP), não havia imóveis disponíveis no período necessário.

Diante disso, o CAU/SP analisou soluções alternativas para viabilizar a continuidade das atividades e a guarda adequada dos bens institucionais.

Solução 1 – Locação de espaço único (imóvel vazio)

Investimento médio mensal de R\$ 62.858,05, desconsiderando os custos com adaptações e contratações terceirizadas necessárias para a operacionalização do espaço.

Vantagens:

- Espaço exclusivo, com maior controle e privacidade;
- Menor impacto nos contratos vigentes;
- Não há necessidade de gestão de diversos contratos;
- Possibilidade de adequação conforme necessidade;

Desvantagens:

- Necessidade de adaptações estruturais e instalação de mobiliário;
- Maior tempo para negociação;
- Responsabilidade por manutenção, limpeza, internet e toda infraestrutura.

Solução 2 – Espaço de coworking apenas para gestores

Investimento médio mensal de R\$ 24.900,00.

Vantagens:

- Estrutura pronta, sem necessidade de adaptação;
- Espaços compartimentados adequados para rotinas administrativas.
- Flexibilidade contratual e agilidade na implantação;
- Infraestrutura completa: climatização, internet, copa, serviços de recepção, limpeza e manutenção;

Desvantagens:

- Home office integral para demais funcionários, com impactos nos contratos vigentes;
- Dificuldade para atender demandas presenciais.
- Salas de reunião com capacidade limitada e sujeitas à disponibilidade;

Solução 3 – Coworking para gestores e funcionários

Investimento médio mensal de R\$ 66.613,14

Vantagens:

- Estrutura pronta, sem necessidade de adaptação;
- Espaços compartimentados adequados para rotinas administrativas.
- Flexibilidade contratual e agilidade na implantação;
- Infraestrutura completa: climatização, internet, copa, serviços de recepção, limpeza e manutenção;

- Espaço adequado para reuniões, com suporte às comissões e atividades institucionais;
- Menor custo que o aluguel tradicional considerando os serviços inclusos.

Desvantagens:

- Necessidade de conformidade com as regras estabelecidas pelo local;
- Espaço compartilhado;
- Restrição quanto à personalização da infraestrutura e layout
- Alto dinamismo de ocupação, possibilitando a alteração de disponibilidade entre os momentos de cotação e contratação

Solução 4 – Armazenamento em self storage

Investimento médio mensal de R\$ 56.318,50

Vantagens:

- Infraestrutura pronta, segura e monitorada;
- Possibilidade de contratos flexíveis, com ajuste conforme a demanda;
- Redução da necessidade de manutenção e gestão administrativa.

Desvantagens:

- Menor controle direto pela Administração;
- Necessidade de se deslocar até o local para acessar os bens.
- Poucas opções de self storage no mercado com a metragem necessária. Foram consultadas 12 empresas, mas 10 informaram a impossibilidade de atender à área total do objeto.

Solução 5 – Locação de imóvel para guarda dos bens

Investimento médio mensal de R\$ 25.786,25

Vantagens:

- Custo menor;
- Segurança do local realizada por condomínio;
- Acesso flexível e mais liberdade para estabelecer procedimentos.

Desvantagens:

- Necessidade de contratar a parte seguro para os bens.

Conclusão:

Diante da análise das alternativas, a opção 1 foi descartada devido à dificuldade em localizar um imóvel adequado e à necessidade de adaptações estruturais, instalação de internet, contratação de seguro e demais ajustes para garantir conforto térmico e funcionalidade mínima. Tais adaptações demandariam investimento significativo para um período relativamente curto de uso durante a reforma da sede.

A Solução 2 também foi desconsiderada, uma vez que geraria impactos operacionais relevantes, com a adoção de regime integral de home office para os funcionários, o que inviabilizaria atividades que exigem presença física, como atendimento dos Correios, coleta biométrica e atendimento aos arquitetos.

Outra alternativa descartada foi a solução 4, self storage, em razão do valor elevado e da limitada disponibilidade de locais compatíveis com a metragem necessária para o armazenamento dos bens móveis do CAU/SP.

Dessa forma, optou-se pela adoção das soluções 3 e 5, por oferecerem melhor equilíbrio entre viabilidade operacional, custo-benefício, adequação à natureza temporária da necessidade e facilidade de implantação. Essa combinação assegura a continuidade das atividades do CAU/SP durante a reforma com menor impacto nas operações institucionais e maior segurança para o acervo patrimonial da Autarquia.

No caso da Solução 3 (coworking), definiu-se que o espaço a ser adotado deve estar localizado na região central de São Paulo, abrangendo o Centro Histórico, de forma a manter a proximidade com a atual sede do CAU/SP. Essa exigência visa minimizar o impacto na rotina de funcionários, conselheiros e arquitetos que se deslocam até a sede, situada na Rua Quinze de Novembro, além de facilitar o acesso aos estacionamentos já utilizados para veículos de passeio, concentrados nessa mesma região. A escolha de um local mais distante demandaria o custeio adicional de transporte para motoristas buscarem e devolverem os veículos. Ainda assim, para ampliar as possibilidades de contratação e evitar restrições excessivas à oferta, o raio de abrangência foi estendido também às proximidades da Avenida Paulista, localizado próximo a estações de metrô, embora o ideal continue sendo a manutenção no Centro Histórico de São Paulo. Optou-se por dispor de alguns ambientes exclusivos dentro do coworking, de modo a garantir a integração entre os colaboradores do CAU/SP sem interferências externas, bem como assegurar privacidade nos atendimentos a profissionais que compartilham dados pessoais. Da mesma forma, as salas de reunião deverão ter uso exclusivo do CAU/SP, considerando que a instituição mantém uma agenda fixa e recorrente de reuniões, muitas delas com sobreposição de horários. O uso compartilhado dessas salas, comum em espaços de coworking, poderia comprometer a disponibilidade necessária ao funcionamento regular das atividades do Conselho.

A Solução 5, referente à locação de imóvel para guarda dos bens, será realizada como locação tradicional, nos termos do artigo 3º da IN SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, uma vez que não há necessidade de que o espaço físico contemple serviços para sua operação e manutenção, como facilities, tampouco construção ou reforma substancial prévia à locação, considerando que o imóvel será destinado exclusivamente à guarda de bens.

Constatou-se a disponibilidade de número considerável de imóveis na região central que atendem às especificações necessárias. O imóvel deverá possuir área útil mínima de 480 m², estar localizado em condomínio e, preferencialmente, dispor de planta livre. Além disso, deverá situar-se em um raio máximo de 10 km da sede do CAU/SP, considerando a necessidade de deslocamento frequente para transporte de itens destinados a eventos, bem como para atendimento das demandas dos escritórios descentralizados.

Nessa linha, foram identificados os seguintes imóveis:

- **Imóvel na rua Formosa com 500 m²** (www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-centro-centro-sao-paulo-sp-500m2-id-2542544648/?source=ranking%2Crp)
- **Imóvel na Paulista com 540 m²** (<https://www.vivareal.com.br/imovel/sala-comercial-bela-vista-centro-sao-paulo-com-garagem-540m2-aluguel-RS19402-id-2816942313/?source=ranking%2Crp>)
- **Imóvel na Bela Vista com 532 m²** (<https://www.vivareal.com.br/imovel/sala-comercial-bela-vista-centro-sao-paulo-com-garagem-532m2-aluguel-RS15451-id-2816938269/?source=ranking%2Crp>)
- **Imóvel na Bela Vista com 610 m²** (<https://www.vivareal.com.br/imovel/sala-comercial-bela-vista-centro-sao-paulo-com-garagem-610m2-aluguel-RS26002-id-2816934136/?source=ranking%2Crp>)
- **Imóvel na rua Líbero Badaró com 554 m²** (<https://www.vivareal.com.br/imovel/sala-comercial-centro-centro-sao-paulo-554m2-aluguel-RS22106-id-2741424958/?source=ranking%2Crp>)
- **Imóvel na rua Líbero Badaró com 500 m²** (<https://www.lopes.com.br/imovel/REO635480/aluguel-salas-6-vagas-sao-paulo-centro?listFrom=busca&listPosition=8>)
- **Imóvel na Consolação com 486m²** (<https://www.lopes.com.br/imovel/REO1033509/aluguel-salas-5-vagas-sao-paulo-consolacao?listFrom=busca&listPosition=12>)
- **Imóvel na rua Líbero Badaró com 558 m²** (<https://www.lopes.com.br/imovel/REO1000598/aluguel-salas-558-m2-sao-paulo-centro?listFrom=busca&listPosition=72>)
- **Imóvel Praça Antônio Prado com 492 m²** (<https://www.lopes.com.br/imovel/REO456118/aluguel-salas-492-m2-sao-paulo-centro?listFrom=busca&listPosition=76>)

Desta forma, considerando que há ampla oferta de imóveis no mercado que atendem às necessidades da Administração, o chamamento público será dispensado, nos termos do artigo 20, inciso III, da IN SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, devendo-se seguir diretamente para o procedimento licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação tem como objetivo viabilizar a realocação temporária das atividades da sede do CAU/SP durante o período de reforma do imóvel, assegurando a continuidade dos serviços administrativos, o atendimento ao público e a preservação dos bens patrimoniais.

Do ponto de vista técnico, a contratação de coworking e locação de imóvel para guardar os bens, atende plenamente às necessidades operacionais da autarquia durante a obra, sem comprometer a prestação dos serviços públicos. Do ponto de vista econômico, trata-se de uma alternativa eficiente e racional, que evita gastos com adaptações estruturais, manutenção predial e múltiplas contratações, otimizando o uso dos recursos públicos.

A solução está estruturada em três frentes principais:

1) Contração de espaço em coworking:

O espaço contratado deverá atender às seguintes exigências mínimas, garantindo condições adequadas de trabalho, reuniões, atendimento ao público e suporte técnico. O imóvel deverá estar localizado no Centro Histórico de São Paulo ou nas proximidades da Avenida Paulista, com fácil acesso por transporte público, incluindo ônibus e metrô.

Ambientes exclusivos:

- Ambiente mobiliado com 30 postos de trabalho, em área mínima de 62 m²;
- 4 salas de reunião fixas, mobiliadas, cada uma com capacidade para 15 pessoas, área mínima de 28 m² e infraestrutura para instalação de equipamentos de videoconferência caso já não esteja disponível.
- 1 sala mobiliada para a presidência, com capacidade para reuniões de até 6 pessoas e área mínima de 20 m², que permita equipamentos para videoconferência;
- 1 sala de atendimento ao público, com área mínima de 25 m², equipada com 2 mesas separadas, cada uma com 3 cadeiras (sendo uma para o atendente, uma para o profissional atendido e uma para eventual acompanhante);
- 1 sala mobiliada para a equipe terceirizada, com área aproximada de 10 m², para acomodar 4 pessoas;
- 1 sala para o CPD (Centro de Processamento de Dados), com área mínima de 5 m², equipada com pelo menos 4 tomadas 220V e ar-condicionado com no mínimo 10.000 BTUs;
- Lockers com volume total equivalente a 5 m³, destinados ao armazenamento de materiais e equipamentos de uso rotativo;
- Disponibilização de impressões e digitalizações ilimitadas ou, alternativamente, permissão para instalação e uso da impressora própria do Conselho.

Embora o coworking, conceitualmente, seja voltado ao uso compartilhado, a doutrina reconhece que pode abranger também ambientes exclusivos, desde que justificados por necessidades institucionais.

Infraestrutura compartilhada obrigatória:

- Recepção compartilhada, com controle de acesso, recebimento e despacho de correspondências;
- Copa equipada, com fornecimento ilimitado de água, café, chá, açúcar e adoçante, geladeira, micro-ondas e espaço para refeições rápidas;
- Internet dedicada de alta velocidade, segura e estável
- Sistema de climatização em todos os ambientes exclusivos e compartilhados;
- Serviços de limpeza e manutenção inclusos no valor do contrato.

- Banheiros adequados e limpos ao uso dos frequentadores.

Mobiliário e funcionamento:

- O local deverá possuir mobiliário completo e ergonômico;
- O espaço deverá oferecer acesso, no mínimo, de segunda a sexta-feira das 7h às 20h.

Proposta comercial:

- A proposta deverá contemplar todos os custos com aluguel, condomínio, água, energia elétrica, IPTU, ar-condicionado, limpeza e demais encargos necessários ao uso do espaço, bem como taxa de ativação por ocupação e usuários com rotatividade híbrida, caso seja necessário. Atualmente, o CAU/SP conta com 171 funcionários vinculados à sede do CAU/SP e 154 conselheiros, sendo 77 titulares e 77 suplentes.

QUADRO RESUMO				
SALA	ÁREA MÍNIMA (M ²)	Nº DE PESSOAS	QTDE MÍNIMA DE SALAS	OBSERVAÇÕES
Funcionários em geral	62	30	1	O ambiente deve ser mobiliado com 30 postos de trabalho.
Reuniões	28	15	4	Salas mobiliadas no formato reuniões, com infraestrutura para instalação de equipamentos de videoconferência caso já não esteja disponível. O layout deve favorecer o intuito da sala, permitindo contato visual, interação e colaboração entre os participantes.
Presidência	20	6	1	A sala deve oferecer mobiliário para acomodar confortavelmente a presidente, permitindo que, além de uma estação de trabalho, seja possível realizar reuniões com até 6 pessoas. A sala deve oferecer ou permitir equipamentos para videoconferência.
Atendimento	25	6	1	A sala de deve ser equipada com 2 mesas separadas, cada uma com 3 cadeiras (sendo uma para o atendente, uma para o profissional atendido e uma para eventual acompanhante).
Terceirizados	10	4	1	A sala deve oferecer mobiliário para acomodar confortavelmente quatro funcionários.
CPD	5	-	1	A sala será utilizada apenas para armazenamento dos equipamentos, não necessitando de mobiliário, mas deve ser equipada com pelo menos 4 tomadas 220V e ar-condicionado com no mínimo 10.000 BTUs;

2. Locação de espaço físico para armazenamento de bens

O espaço deverá dispor de área útil mínima de 480 m², estar localizado em condomínio e, preferencialmente, contar com planta livre para melhor aproveitamento da área de armazenagem. O imóvel deverá situar-se no Centro Histórico de São Paulo, admitindo-se localização em até 10 km de distância da sede do CAU/SP, situada na Rua Quinze de Novembro, nº 194, Centro – São Paulo/SP.

O local será utilizado para armazenamento de mobiliário, equipamentos, impressos institucionais, materiais de almoxarifado, itens de escritório, materiais de limpeza e gêneros alimentícios e deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- condições adequadas de ventilação e iluminação;
- piso resistente e em bom estado de conservação, compatível com a movimentação e armazenamento de bens;
- sistema de prevenção e combate a incêndio, conforme legislação vigente;
- acesso facilitado para carga e descarga;
- Permitir a montagem de armário deslizante do tipo mecânico;
- segurança patrimonial (portaria 24h ou controle de acesso);
- A proposta apresentada deverá abranger todos os encargos financeiros relacionados ao imóvel, inclusive o valor do condomínio e do IPTU.

A escolha de imóvel localizado em condomínio dotado de infraestrutura de segurança e monitoramento, bem como com condições adequadas de ventilação e iluminação natural, justifica-se pela natureza e pela finalidade do objeto da contratação — armazenamento e guarda de bens materiais, mobiliário, equipamentos, impressos institucionais, materiais de almoxarifado, itens de escritório, materiais de limpeza e gêneros alimentícios — exigindo condições específicas de segurança patrimonial, conservação e integridade física dos bens.

A armazenagem de bens públicos requer ambiente controlado e protegido contra riscos de furto, vandalismo, incêndio, infiltrações, umidade excessiva e deterioração, de modo a garantir a preservação do patrimônio público sob guarda da Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Coworking: Capacidade das salas de reuniões

Para dimensionar adequadamente o tamanho das salas de reunião, foi realizado um levantamento do número de participantes das reuniões ordinárias das comissões do CAU/SP, considerando conselheiros, assessores e convidados fixos. O resultado está apresentado no quadro a seguir:

ÓRGÃO COLEGIADO	QTDE MEMBROS	QTDE ASSESSORES	CONVIDADOS FIXOS	TOTAL
CD	12	3	10	25
FCOM	19	3	10	32
CCOM	7	1	-	8
CTAUD	7	1	-	8
CED	5	4	-	9
CF	5	4	-	9
CPAF	7	2	-	9
CRI	7	2	-	9
CTAPS	8	1	-	9
COA	8	2	-	10
CPFI	8	2	-	10
CATHIS	9	2	-	11
CEAU	10	2	-	12
CTIC	10	2	-	12
CTAI	10	2	-	12
CTIA	10	2	-	12

CEF	10	3	-	13
CEP	10	3	-	13
CMU	11	2	-	13
CPC	11	2	-	13
CTH2	12	1	-	13
CTCA	12	1	-	13
CTPJ	12	1	-	13
CAC	12	2	-	14
CDP	12	2	-	14
CPUAT	12	2	-	14
CTEF	11	3	-	14

Durante a análise de mercado, foi constatado que, de modo geral, os espaços de coworking não disponibilizam salas de reunião com capacidade que atendam as reuniões do Conselho Diretor (CD) e do Fórum de Comissões (FCOM).

Dessa forma, tais reuniões foram desconsideradas no dimensionamento padrão das salas, que passou a ser baseado nas demais comissões. A partir desse levantamento, foram identificadas as seguintes faixas de participação nas reuniões:

- **Mínimo de participantes:** 8
- **Média de participantes:** 12
- **Máximo de participantes:** 14

Considerando esse cenário, definiu-se que as salas de reunião devem ter capacidade mínima para 15 pessoas, de forma a atender com conforto o número máximo identificado e prever a eventual participação de um convidado adicional.

Coworking: Quantidade de Salas

Para dimensionar a quantidade de salas necessárias, foi analisado o calendário oficial do CAU/SP para o ano de 2025, disponível em:

<https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/Calendario-DPOSP-0812-05.2025.pdf>

Embora o calendário oficial indique, aproximadamente, duas reuniões por dia, na prática ocorrem diversos outros encontros não contemplados nesse documento, como reuniões extraordinárias, técnicas, de subcomissões, da Presidência e dos setores. Essa realidade pode ser confirmada no calendário interno compartilhado pela Secretaria da Presidência e pela SGO, que consolida todas as reservas de salas realizadas para reuniões na sede do CAU/SP no mês de julho de 2025.

Com base nesse levantamento, foram contabilizadas as reuniões realizadas nos dias úteis do mês de julho (excluindo o feriado de 09/07 e a reunião do CD, FCOM e Plenária, que não ocorrerão no espaço do coworking e serão atendidas pela ata de eventos). O resultado foi o seguinte:

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
30	Jul 1	02	03	04
9:00 12ª Reunião Ordinária CT	9:00 SGO 37ª RO CED	9:00 29ª Reunião Ordinária CC	9:00 33ª Reunião Ordinária CF	9:00 Reunião de Planejamento
9:00 Reunião ACT IBAPE - mar	9:00 Reunião análise resultados		9:00 SGO 21ª RO CPFI-CAU/SF	9:00 SECPRES - Sala reserv
9:00 Reunião de Planejamento	10:00 SECPRES - Integração -		9:00 SGO 23ª RO CCOM	9:00 Reunião Frente Nacional
	10:00 Reunião entre President		+2	
07	08	09	10	11
9:00 19ª RO CPAF-CAU/SP	9:00 7ª Reunião Ordinária CTI		8:30 COEV: Visita Tu Delft	9:00 17ª Reunião Ordinária CA
9:00 Reunião de Planejamento	9:00 SECPRES - Reunião Comi		9:00 17ª Reunião Ordinária CP	9:00 17ª Reunião Ordinária CF
9:00 Reunião planejamento in	9:00 Reunião Relações Institui		9:00 17ª Reunião Ordinária CT	9:00 5ª Reunião da Sub. trans
+4	+2		+2	+2
14	15	16	17	18
9:00 11ª Reunião da Subcomis	9:00 11ª Reunião Subcomissão	9:00 19ª Reunião Ordinária CF	9:00 24ª Reunião Ordinária CC	9:00 SECPRES - Sala reserv
9:00 17ª Reunião Ordinária CE	9:00 SGO - 18ª RE CED	9:00 30ª Reunião Ordinária CC	9:00 25ª Reunião Ordinária C/	14:00 8ª Reunião Comissão Te
9:00 Reunião com ABRAMAT	9:00 9ª Reunião Extraordinári	9:00 SECPRES - Reunião CAU	9:00 8ª Reunião Ordinária CTE	
		9:00 Reunião Planejamento Pi	+3	
21	22	23	24	25
9:00 11ª Reunião Ordinária CTi	9:00 19ª Reunião Ordinária CE	9:00 17ª Reunião Ordinária CA	9:00 22ª Reunião Ordinária CF	9:00 6ª Reunião da Sub. trans
9:00 37ª Reunião Ordinária CE	9:00 11ª Reunião da Subcomis	9:00 6ª Reunião Extraordinári	9:00 35ª Reunião Ordinária CF	9:00 SECPRES - Sala reserv
9:00 6ª Reunião Subcomissão	14:00 8ª Reunião Comissão Te	9:00 Reunião com Presidência		9:00 Reunião sobre resultados
9:00 Reunião planejamento R		10:30 Reunião com Amazo		
28	29	30	31	Ago 1
	9:00 SGO 12ª RO CTAI-CAU/SI	9:00 Reunião - auditoria	9:00 19ª Reunião Plenária Ord	9:00 SECPRES - Sala reserv
	9:00 Reunião - auditoria	9:00 10ª Reunião Comissão Te		9:00 Reunião de alinhament
	9:00 Reunião Fábrica de Resta	9:00 SGO 17ª RO FCOM		
	+5	16:00 SGO 19ª RO CEAU		

Data	Qtde de Reuniões
01/07/2025	4
02/07/2025	1
03/07/2025	5
04/07/2025	3
07/07/2025	7
08/07/2025	5
10/07/2025	5
11/07/2025	5
14/07/2025	2
15/07/2025	3
16/07/2025	4
17/07/2025	6
18/07/2025	2
21/07/2025	4
22/07/2025	3
23/07/2025	4
24/07/2025	2
25/07/2025	3
28/07/2025	0

29/07/2025	8
30/07/2025	3
31/07/2025	0
Total	79
Média	3,59

Observa-se que houve dias com até 8 reuniões e dias sem nenhuma, como no caso de 31/07, data da reunião plenária, realizada fora da sede do CAU/SP por meio do contrato de eventos. Considerando a média de 3,59 reuniões diárias e visando garantir a disponibilidade de espaço para realização simultânea de encontros, foi identificado que serão necessárias 4 salas de reunião no espaço de coworking para atender adequadamente à demanda.

Coworking: Quantidade de Postos de Trabalho

A definição da quantidade de postos de trabalho foi baseada na frequência diária de funcionários na sede do CAU/SP no período de janeiro a junho de 2025, conforme controle de acesso realizado pela recepção. Os dados consolidados no período foram os seguintes:

Mês	Quant. Funcionários
Janeiro/2025	736
Fevereiro /2025	773
Março/2025	655
Abril/2025	712
Maio/2025	701
Junho/2025	656
TOTAL	4.233

O total de 4.233 acessos em seis meses resulta em uma média de 705,5 acessos mensais. Considerando aproximadamente 21 dias úteis por mês, tem-se uma média de 33,6 funcionários por dia.

Vale destacar que esse número inclui os funcionários que atuam no assessoramento às comissões, os quais, durante as reuniões, estão alocados nas salas destinadas a esses encontros. Assim, ao considerar a real ocupação do espaço de trabalho compartilhado, foi estabelecido que a área destinada aos postos de trabalho deverá comportar até 30 funcionários.

Coworking: Sala da Presidência

A sala da Presidência foi pensada em atender às necessidades da presidente, incluindo a realização de reuniões que não estão previstas nos calendários oficiais ou compartilhados. Atualmente, a Presidência já conta com um espaço reservado e exclusivo para essas finalidades, o que será mantido no novo local, preservando a dinâmica institucional vigente.

Dessa forma, considera-se necessário que o espaço destinado à Presidência tenha capacidade para acomodar, no mínimo, 6 pessoas, de modo a garantir a realização de reuniões com pequenos grupos de forma reservada e adequada.

Coworking: Sala de Atendimento

A sala de atendimento será destinada à realização de coletas biométricas e ao atendimento presencial ao público e aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo.

Considerando a dinâmica atual dos atendimentos realizados na sede do CAU/SP e a necessidade de atender tanto os profissionais com horário agendado quanto aqueles que comparecem sem agendamento prévio, definiu-se que o ambiente deverá comportar, no mínimo, dois postos de atendimento ativos simultaneamente.

Essa estrutura garante maior agilidade no atendimento e assegura o pleno funcionamento do serviço durante todo o expediente, inclusive nos períodos de intervalo dos atendentes (como horários de almoço e eventuais ausências). Com isso, é possível manter a continuidade do atendimento ao público ao longo do dia, promovendo maior acessibilidade e eficiência na prestação dos serviços.

Para isso, o ambiente deverá estar equipado com, pelo menos:

- 2 mesas de atendimento,
- 3 cadeiras por estação:
 - 1 para o atendente,
 - 1 para o profissional atendido,
 - 1 para eventual acompanhante.

Esse dimensionamento visa garantir agilidade no atendimento, conforto e acessibilidade para os profissionais e demais usuários dos serviços prestados.

Coworking: Sala para terceirizados

Considerando a necessidade de manter a rotina operacional do CAU/SP com o apoio de serviços não contemplados pelas estruturas típicas de coworking, torna-se indispensável a disponibilização de um espaço reservado para a equipe terceirizada.

A equipe a ser mantida é composta por 2 motoristas e 2 profissionais de serviços gerais, cuja atuação é fundamental para a execução de atividades como apoio logístico, separação de materiais para eventos e escritórios descentralizados, deslocamentos entre outros serviços.

Dessa forma, será necessária a alocação de uma sala exclusiva, destinada a abrigar esses profissionais durante os períodos em que não estiverem em atividade externa, funcionando como espaço de apoio e permanência.

Coworking: Sala do CPD

A Sala do Centro de Processamento de Dados (CPD) é essencial para garantir o pleno funcionamento da infraestrutura de tecnologia da informação do CAU/SP, assegurando o acesso aos arquivos armazenados e o funcionamento adequado dos sistemas institucionais, como o SEI, que depende do servidor para autenticação (login) e do serviço de VPN para comunicação segura.

Para isso, o espaço deve atender aos seguintes requisitos mínimos de infraestrutura, com alimentação elétrica de 4 tomadas 220V e ar-condicionado com capacidade de 10.000 BTUs, a fim de manter a temperatura ideal de operação dos equipamentos.

O ambiente será utilizado para abrigar os seguintes equipamentos pertencentes ao CAU/SP:

- 01 Rack
- 03 Servidores de rack

- 01 Servidor (desktop)
- 01 Monitor
- 01 KVM (teclado, vídeo e mouse integrados)
- 02 Nobreaks
- 01 Switch
- 01 Firewall

Coworking: Locker

Será necessário disponibilizar lockers com capacidade total equivalente a 5m³. Esse volume foi estimado com base na utilização de 7 armários altos de duas portas atualmente em uso no CAU/SP.

Os lockers serão destinados ao armazenamento de equipamentos de TI com alta rotatividade, como notebooks, mouses e teclados, frequentemente emprestados para suporte às reuniões, além de materiais de escritório, documentos e outros itens que precisam estar prontamente acessíveis para a execução das atividades presenciais.

Imóvel: Locação de Espaço para os bens

A área física necessária para armazenamento dos bens permanentes, itens de almoxarifado e materiais gráficos do CAU/SP foi estimada com base nas dimensões já atualmente utilizadas para essa finalidade, bem como nas medidas dos móveis que serão armazenados.

Após levantamento detalhado, chegou-se à estimativa de uma área útil total necessária de 400 m² a 500 m², conforme especificado a seguir:

328,64 m² para os bens patrimoniais, calculados com base nas dimensões de cada item cadastrado no Implanta, conforme planilha do anexo 2.

251,95 m² para itens de almoxarifado, calculados com base nas dimensões dos ambientes utilizados atualmente para este armazenamento, conforme plantas do anexo 3.

A somatória dessas duas áreas resulta em **580,59 m²**. Desta, será descontado 100 m², considerando o cenário de menor necessidade de áreas livres para circulação e acesso ao conteúdo, totalizando em **480 m²**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.271.979,20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de espaço coworking	Mês	24	R\$ 67.436,00	R\$ 1.618.464,00
2	Locação de espaço físico para armazenamento de bens	Mês	24	R\$ 27.229,80	R\$ 653.515,20
TOTAL					R\$ 2.271.979,20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se pelo parcelamento da contratação da solução, estruturando-a em três itens distintos:

1. Locação de espaço para armazenamento de bens;
2. Locação de espaço em coworking para funcionamento das atividades presenciais;

O parcelamento visa promover maior economicidade, competitividade e especialização na contratação, possibilitando a participação de fornecedores com expertise específica em cada segmento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação está diretamente vinculada à reforma da sede do CAU/SP, sendo esta a motivadora da necessidade de realocação temporária das atividades administrativas e do armazenamento de bens. Dessa forma, a reforma é considerada uma contratação interdependente, uma vez que a execução dos serviços aqui descritos depende diretamente da sua realização e do seu cronograma.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Centro de custo: 02.01.003.001

Plano de ação: Manutenção da Sede.xlsx

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do CAU/SP, uma vez que, conforme o Relatório Conclusivo da Comissão Temporária de Acompanhamento do Projeto da Sede – CTAPS, o planejamento inicial previa a manutenção de uma ocupação mínima essencial no edifício durante a reforma, limitada às atividades imprescindivelmente presenciais, como a coleta biométrica, com uso restrito ao pavimento térreo. Essa estratégia previa a permanência parcial da equipe no local e o trabalho remoto dos demais colaboradores, razão pela qual não se considerou, à época, a necessidade de contratação de espaços externos para viabilizar a desocupação total do edifício.

Entretanto, com a evolução do projeto e a constatação da necessidade de desocupação integral do edifício para garantir a segurança dos colaboradores, bem como a qualidade e a eficiência da obra, tornou-se imprescindível contratar serviços complementares não previstos no PCA original, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e a guarda adequada do patrimônio institucional durante a reforma. Em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 10.947/2022, o objeto será incluído no Plano de Contratações Anual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços relacionados à realocação temporária da estrutura do CAU/SP tem como principal objetivo assegurar a continuidade das atividades administrativas e institucionais durante o período de reforma da sede, sem comprometer o atendimento ao público, o suporte às comissões e o funcionamento interno da autarquia.

Entre os principais benefícios a serem alcançados com a contratação, destacam-se:

- Continuidade dos serviços essenciais do CAU/SP, mesmo durante o período de obras, evitando interrupções que possam prejudicar a missão institucional e o atendimento aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo;
- Preservação do patrimônio público, com a alocação adequada de bens permanentes, materiais de almoxarifado e equipamentos de TI, garantindo segurança, organização e rastreabilidade;

- Acomodação funcional e segura dos colaboradores, conselheiros e equipe de apoio, por meio da locação de espaço de coworking que atenda às necessidades operacionais, técnicas e estruturais do Conselho;
- Eficiência administrativa, com planejamento integrado das soluções temporárias, respeitando prazos e orçamentos, e otimizando os recursos públicos durante o período de transição.

A adoção dessas medidas contribui para a manutenção da regularidade institucional do CAU/SP e reflete o compromisso da gestão com a boa governança, economicidade e prestação contínua de serviços à sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação da solução proposta, serão necessárias as seguintes providências:

- **Alinhamento com o Cronograma da Reforma da Sede:** Compatibilização das datas de desmobilização da sede, início e término da reforma, garantindo a transição eficiente entre os ambientes, sem interrupção das atividades institucionais.
- **Ajustes no Sistema de Tecnologia da Informação:** Planejamento da migração da estrutura de TI para o espaço de coworking, incluindo conectividade, configuração de rede, acesso remoto, instalação de equipamentos e medidas de segurança da informação, de modo a assegurar a continuidade operacional.
- **Comunicação aos Funcionários:** Elaboração e envio de comunicados institucionais com orientações e prazos para organização e identificação dos pertences e documentos oficiais a serem armazenados, visando facilitar a logística e garantir o reconhecimento posterior.
- **Preparação de Inventário dos Bens a Serem armazenados:** Levantamento detalhado dos bens permanentes, equipamentos e materiais que serão realocados ou armazenados, com identificação patrimonial e registro prévio, garantindo controle, rastreabilidade e segurança.
- **Atualização Temporária de Endereços e Contatos Institucionais:** Revisão e divulgação dos canais de comunicação oficiais do CAU/SP com o endereço provisório do coworking, garantindo o atendimento contínuo ao público e aos fornecedores.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O principal impacto ambiental identificado na presente contratação está relacionado à geração de resíduos sólidos, especialmente durante o processo de desmobilização da sede e armazenamento dos bens.

Serão utilizados materiais como embalagens, caixas de papelão, plásticos-bolha e outros itens de proteção, essenciais para garantir a integridade dos móveis, equipamentos e documentos durante a movimentação. Contudo, o uso desses materiais pode resultar no acúmulo ou descarte inadequado de resíduos, em especial os não recicláveis, caso não haja um plano de gestão apropriado.

Para mitigar esse impacto, recomenda-se:

- Adoção de descarte seletivo e destinação ambientalmente adequada dos materiais utilizados;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária para garantir a continuidade das atividades do CAU/SP durante o período de reforma da sede, assegurando que os serviços administrativos, o atendimento ao público e a preservação do patrimônio sejam mantidos sem interrupções. A solução proposta integra a locação de espaços temporários e armazenamento, permitindo uma transição organizada e eficiente. Além disso, a existência de fornecedores no mercado capacitados para prestar os serviços demandados, aliada à compatibilidade orçamentária, reforça a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL FERNANDES DE AZEVEDO

Supervisor



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 11:07:34.

GISELE GOMES DE VITTO

Coordenadora



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 10:52:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Declaração de Indisponibilidade de Imóveis.pdf (51.94 KB)
- Anexo II - Levantamento de dimensionamento dos bens móveis.pdf (237.91 KB)
- Anexo III - Levantamento de áreas de almoxarifado - R00.pdf (1.18 MB)
- Anexo IV - Seguro.pdf (132.06 KB)



Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Patrimônio da União

DECLARAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE

Consulta Prévia No: SP-0090/2025	Data da solicitação da Consulta Prévia: 14/04/2025
Código de Verificação: b25d393e-5cc4-41a8-b1d6-77b464c389fe	
Data de Emissão Declaração de Indisponibilidade: 17/04/2025	
Validade da Declaração de Indisponibilidade: 17/04/2026	
Resultado da Consulta Prévia: Não existem imóveis no Patrimônio da União disponíveis com as características solicitadas	

Orgão/Entidade Requerente

Administração: Indireta	CNPJ: 15.131.560/0001-52
Esfera: Federal	Endereço: Rua Quinze de Novembro, 194, Centro
Poder: Executivo	CEP: 01.331-001
Entidade/Orgão: CONSELHO DE ARQUITETURA E	Estado: SP
	Município: São Paulo

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Finalidade

Tema: Administração Pública Uso: Sede/unidade administrativa
Política/programa governamental:

Característica solicitadas do imóvel

País: Brasil	Área do Terreno: 0 até 0
Estado: SP	Área Construída: 1500 até 2000
Município: São Paulo	Observações: no mínimo 6 salas fechadas
Zona: Urbana	Nº de servidores: 70
Localização: Localização: Centro histórico da cidade de São Paulo: <ul style="list-style-type: none">• Rua XV de Novembro• Rua Direita• Rua São Bento• Rua Boa Vista• Rua José Bonifácio• Rua Tabatinguera• Rua do Carmo• Rua do Tesouro• Avenida São João• • Rua Líbero Badaró• Rua Coronel Xavier de Toledo• Rua Formosa.• Rua Anita Garibaldi• Rua Santo Antônio	
Tipo Imóvel: Prédio, Sala	

Justificativa / fundamentação

Descrição do uso proposto: Imóvel para utilização durante a reforma do edifício sede do CAU/SP.

Justificativa:

O edifício-sede do CAU/SP passará por uma reforma completa com duração estimada de aproximadamente dois anos. Durante esse período, será necessário alugar um imóvel para acomodar as atividades presenciais dos colaboradores, as reuniões das comissões e também disponibilizar um espaço adequado para o armazenamento dos móveis do Conselho.

A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço
<https://sisrei.economia.gov.br/>

Declaração emitida com base na Portaria MP/SPU nº 318, de 18/12/2014.

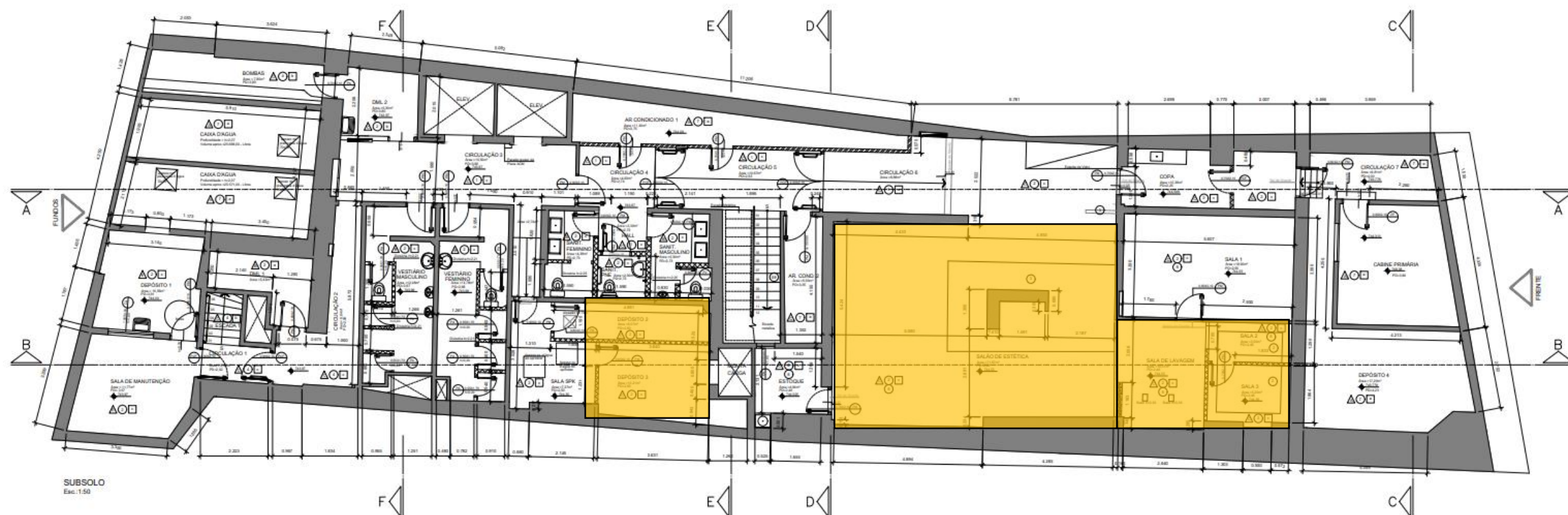
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

LEVANTAMENTO DE ÁREAS DE ARMAZENAMENTO DO ALMOXARIFADO

LEVANTAMENTO DE ÁREAS DE ARMAZENAMENTO DO ALMOXARIFADO

CAU/
/SP

SUBSOLO – 78,90 m²



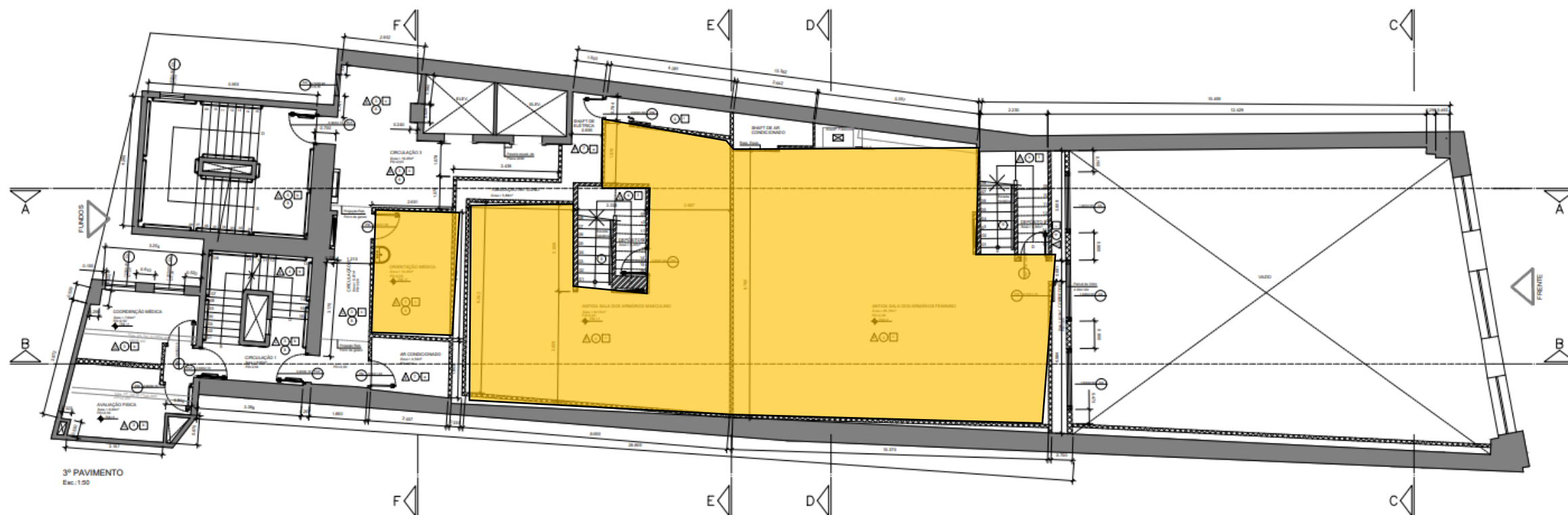
CAU/
/SP

PAVIMENTO TERREO
Esc.:1/50

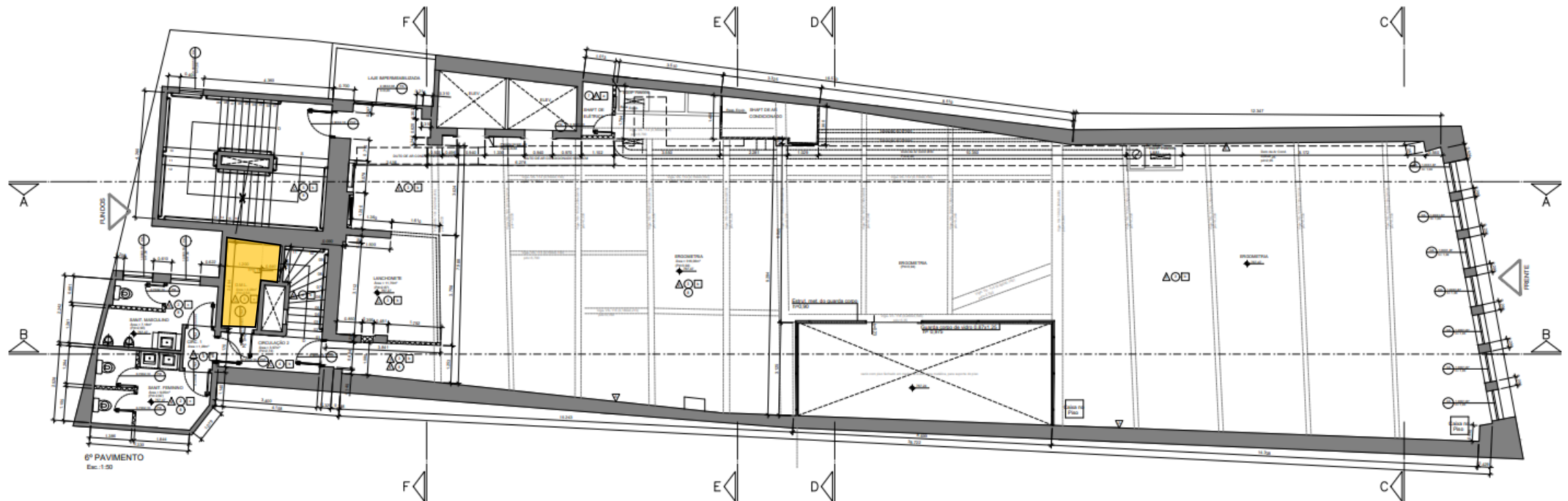
CAU/
/SP

CAU/
/SP

3º ANDAR – 174,33



6º ANDAR – 4,28 m²



LEVANTAMENTO PARA LOCAÇÃO DE COWORKING
DURANTE PERÍODO DE OBRAS DA SEDE DO CAU/SP

CAU/
/SP

RAFAEL FERNANDES DE AZEVEDO
Supervisor de Zeladoria e Manutenção Predial

RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA MUDANÇA

ITEM	Código	Tipo de bem	Bem móvel	SERÁ ESTOCADO?	LOCAL NO IMÓVEL	ALTURA (m)	LARGURA (m)	PROFUNDIDADE (m)	EMPIILÁVEL	QDTE EMPILHÁVEL	ÁREA DO ITEM (m2)	ÁREA PÓS EMPILHAMENTO	OBSERVAÇÕES
1	1848	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
2	1849	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
3	1850	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
4	1851	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
5	1852	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
6	1853	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
7	1854	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
8	1855	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
9	1856	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
10	1857	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
11	1858	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
12	1859	Roteador	Access point	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
13	1616	Software	ADOBE - Creative Cloud	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
14	1617	Software	ADOBE - Creative Cloud	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
15	1618	Software	ADOBE - Creative Cloud	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
16	1619	Software	ADOBE - Creative Cloud	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
17	1557	Obra de Arte	Album Arquitetura Gavada	NÃO	ARMÁRIOS				NÃO		0,00	0,00	
18	37	Aparelho Telefônico	Aparelho Telefônico para FAX Analógico	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00	
19	1598	Ar condicionado	Ar condicionado Elgin 21000 BTUS	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40		Tem condensadora ?
20	1599	Ar condicionado	Ar condicionado Elgin 21000 BTUS	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40		Tem condensadora ?
21	1600	Ar condicionado	Ar condicionado Elgin 21000 BTUS	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40		Tem condensadora ?
22	1601	Ar condicionado	Ar condicionado Egin 21000 BTUS	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40	1,61	Tem condensadora ?
23	1602	Ar condicionado	Ar condicionado Egin 21000 BTUS	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40		Tem condensadora ?
24	1603	Ar condicionado	Ar condicionado Egin 21000 BTUS	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40		Tem condensadora ?
25	2035	Ar condicionado	Ar Condicionado ELGIN N10-A	SIM	DEPÓSITO	0,41	0,66	0,61	SIM	2	0,40		Tem condensadora ?
26	2626	Ar condicionado	Ar condicionado Portal Rheem	SIM	DEPÓSITO	0,69	0,42	0,36	NÃO	-	0,15	0,15	-
27	2627	Ar condicionado	Ar-condicionado Portal Rheem	SIM	DEPÓSITO	0,69	0,42	0,36	NÃO	-	0,15	0,15	-
28	487	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	T1	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
29	488	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	T1	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
30	499	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	T1	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
31	500	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	T1	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
32	501	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	T1	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
33	502	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	T1	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
34	503	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ATENDEMENTO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
35	506	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ATENDEMENTO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
36	507	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
37	508	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
38	509	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
39	510	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
40	511	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
41	512	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
42	514	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
43	648	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
44	651	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-
45	654	Armário	Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	1,57	0,80	0,50	NÃO	-	0,40	0,40	-

[illegible]

93	487	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
94	488	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
95	489	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
96	490	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
97	491	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
98	493	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
99	494	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
100	925	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
101	926	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
102	927	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
103	928	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
104	929	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
105	1206	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
106	1207	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
107	1208	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
108	1292	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
109	1406	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
110	1461	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
111	1462	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
112	1463	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
113	1464	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
114	1465	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
115	1466	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
116	1467	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
117	1468	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
118	1469	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
119	1470	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
120	1471	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
121	1472	Armário	Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
122	376	Armário	Armário baixo, 2 compartimentos 4 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
123	377	Armário	Armário baixo, 2 compartimentos 4 portas	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	0,80	0,50	SIM	2	0,40	-
124	158	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	COPA	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
125	159	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	COPA	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
126	160	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	COPA	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
127	161	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	COPA	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
128	162	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
129	163	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
130	164	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
131	165	Armário	Armário de apo. 2 portas, 4 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	1,98	0,90	0,40	SIM	2	0,36	-
132	24	Arquivo	Arquivo de aço, 5 gavetas, branco/verde	NÃO	ALMOXARFADO	1,35	0,49	0,57	SIM	2	0,28	-
133	25	Arquivo	Arquivo de aço, 5 gavetas, branco/verde	NÃO	ALMOXARFADO	1,35	0,49	0,57	SIM	2	0,28	-
134	27	Arquivo	Arquivo de aço, 5 gavetas, branco/verde	NÃO	ALMOXARFADO	1,35	0,49	0,57	SIM	2	0,28	-
135	28	Arquivo	Arquivo de aço, 5 gavetas, branco/verde	NÃO	ALMOXARFADO	1,35	0,49	0,57	SIM	2	0,28	-
136	1694	Balança	Balança Eletroônica W300	SIM	DEPÓSITO	1,20	0,40	0,50	NÃO	-	0,20	-
137	586	Baldão Recupção	Baldão Recupção (2 mesas principais)	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,20	0,70	NÃO	-	0,84	-
138	327	Assento	Banqueta fixa alta (branca)	SIM	DEPÓSITO	1,14	0,50	0,49	NÃO	-	0,25	-
139	619	Assento	Banqueta fixa alta (branca)	SIM	DEPÓSITO	1,14	0,50	0,49	NÃO	-	0,25	-

140	620	Assento	Banketa fua alta (branca)	SM	DEPÓSITO	1.14	0.50	0.49	NÃO	-	0.25	0.25	-
141	622	Assento	Banketa fua alta (branca)	SM	DEPÓSITO	1.14	0.50	0.49	NÃO	-	0.25	0.25	-
142	703	Assento	Banketa fua alta (branca)	SM	DEPÓSITO	1.14	0.50	0.49	NÃO	-	0.25	0.25	-
143	727	Assento	Banketa fua alta (branca)	SM	DEPÓSITO	1.14	0.50	0.49	NÃO	-	0.25	0.25	-
144	728	Assento	Banketa fua alta (branca)	SM	DEPÓSITO	1.14	0.50	0.49	NÃO	-	0.25	0.25	-
145	987	Assento	Banketa fua alta (transparente)	SM	COPA	1.14	0.50	0.50	NÃO	-	0.25	0.25	-
146	988	Assento	Banketa fua alta (transparente)	SM	COPA	1.14	0.50	0.50	NÃO	-	0.25	0.25	-
147	989	Assento	Banketa fua alta (transparente)	SM	COPA	1.14	0.50	0.50	NÃO	-	0.25	0.25	-
148	990	Assento	Banketa fua alta (transparente)	SM	COPA	1.14	0.50	0.50	NÃO	-	0.25	0.25	-
149	1456	Bebedouro	Bebedouro Bratna Aqua Bivolt	SM	DEPÓSITO	0.35	0.35	0.80	NÃO	-	0.28	0.28	-
150	1710	Bebedouro	Bebedouro Karina tipo coluna	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0.35	0.35	0.80	NÃO	-	0.28	0.28	-
151	1711	Bebedouro	Bebedouro Karina tipo coluna	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0.35	0.35	0.80	NÃO	-	0.28	0.28	-
152	1614	Bebedouro	Bebedouro Líder inox	SM	DEPÓSITO	0.54	0.46	0.56	SM	2	0.26	0.26	-
153	1615	Bebedouro	Bebedouro Líder inox	SM	DEPÓSITO	0.54	0.46	0.56	SM	2	0.26	0.26	-
154	17	Bebedouro	Bebedouro para garrafinha (branco/bege)	NÃO	RECEPÇÃO	0.35	0.35	0.80	NÃO	-	0.28	0.28	-
155	1261	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
156	1264	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
157	1265	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
158	1269	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
159	1270	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
160	1275	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
161	1276	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
162	1277	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
163	1278	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
164	1280	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
165	1283	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
166	1285	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
167	1286	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
168	1287	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
169	1288	Bombão/Divisória	Bombão cego 1000mm x 1570mm	SM	DEPÓSITO	1.57	1.00	0.03	SM	40	1.57	1.57	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
170	751	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
171	752	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
172	753	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
173	754	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
174	755	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
175	756	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
176	757	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
177	758	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
178	759	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
179	760	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
180	761	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
181	762	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
182	763	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
183	764	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
184	765	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
185	766	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Considerar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira
186	767	Bombão/Divisória	Bombão cego 100cm x 110cm	SM	DEPÓSITO	1.10	1.00	0.03	SM	40	1.10	1.10	Conenar as ferragens e que cada bombão possua 2 chapas de madeira

[illegible]

[illegible]

[illegible][illegible]

375	1497	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
376	1498	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
377	1499	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
378	1501	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
379	1502	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
380	1503	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
381	1504	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
382	1505	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
383	1506	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
384	1507	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
385	1508	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
386	1509	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
387	1510	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
388	1511	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
389	1512	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
390	1513	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
391	1514	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
392	1515	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
393	1516	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
394	1517	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
395	1518	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
396	1519	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
397	1520	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
398	1521	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
399	1522	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
400	1523	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
401	1524	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
402	1525	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
403	1526	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
404	1527	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
405	1528	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
406	1529	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
407	1530	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
408	1531	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
409	1532	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
410	1533	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
411	1534	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
412	1535	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
413	1536	Assento			SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	SIM	5		0,25
414	2202	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
415	2203	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
416	2205	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
417	2206	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
418	2207	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
419	2208	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
420	2209	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25
421	2210	Assento			NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,70	0,50	0,50	NÃO	-		0,25

[illegible]

469	2264	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
470	2265	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
471	2267	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
472	2268	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
473	2269	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
474	2270	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
475	2271	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
476	2272	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
477	2273	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
478	2274	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
479	2275	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
480	2276	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
481	2278	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
482	2279	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
483	2280	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
484	2281	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
485	2282	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
486	2283	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
487	2284	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
488	2285	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
489	2286	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
490	2287	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
491	2288	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
492	2289	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
493	2290	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
494	2292	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
495	2293	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
496	2294	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
497	2295	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
498	2296	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
499	2297	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
500	2298	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
501	2299	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	SALAS DE REUNIÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
502	2300	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
503	2301	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
504	2302	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	MANUTENÇÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
505	2303	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	MANUTENÇÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
506	2304	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	MANUTENÇÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
507	2305	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	MANUTENÇÃO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
508	2306	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	ALMOXARFADO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
509	2307	Assento	Gadiera Beczi		NÃO	ALMOXARFADO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
510	2308	Assento	Gadiera Beczi		SM	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
511	2309	Assento	Gadiera Beczi		SM	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
512	2310	Assento	Gadiera Beczi		SM	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
513	2311	Assento	Gadiera Beczi		SM	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
514	2312	Assento	Gadiera Beczi		SM	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
515	2313	Assento	Gadiera Beczi		SM	DEPÓSITO	070	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-

516	2314	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
517	2315	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
518	2318	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
519	2319	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
520	2320	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
521	2321	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
522	2322	Assento	Cadeira Bezei		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
523	462	Assento	Cadeira Clarity Guest base alumínio		SIM	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
524	463	Assento	Cadeira Clarity Guest base alumínio		NÃO	DEPÓSITO	0,70	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
525	196	Cadeira de rodás/ Suporte com banquetas de roda de fundo	Cadeira de rodás Barreco Jaguaribe		NÃO	RECEPÇÃO	0,95	0,50	1,00	1,00	NÃO	-	0,50	0,50	-
526	618	Assento	Cadeira Diretor base cromada grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
527	587	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
528	588	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
529	589	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
530	590	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
531	591	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
532	592	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
533	593	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
534	594	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
535	595	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
536	596	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
537	597	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
538	598	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
539	599	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
540	600	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
541	601	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
542	602	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
543	603	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
544	604	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
545	605	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
546	606	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
547	607	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
548	608	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
549	610	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
550	612	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
551	613	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
552	614	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
553	615	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
554	616	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
555	1033	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
556	1034	Assento	Cadeira Diretor base grátória		SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
557	2051	Assento	Cadeira Flash		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
558	2052	Assento	Cadeira Flash		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
559	2053	Assento	Cadeira Flash		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
560	2054	Assento	Cadeira Flash		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
561	2055	Assento	Cadeira Flash		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
562	2057	Assento	Cadeira Flash		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-

[illegible]

610	2131	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
611	2133	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
612	2134	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
613	2135	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
614	2136	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
615	2137	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
616	2138	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
617	2140	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
618	2141	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
619	2142	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
620	2143	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
621	2144	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
622	2146	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
623	2147	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
624	2148	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
625	2149	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
626	2150	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
627	2151	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
628	2152	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
629	2154	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
630	2155	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
631	2156	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
632	2157	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
633	2158	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
634	2159	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
635	2160	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
636	2161	Assento	Cadeira Flah	NÃO	ATE NDOIMENTO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
637	2163	Assento	Cadeira Flah	NÃO	RECEPÇÃO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
638	2165	Assento	Cadeira Flah	SIM	RECEPÇÃO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
639	2166	Assento	Cadeira Flah	SIM	RECEPÇÃO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
640	2167	Assento	Cadeira Flah	SIM	RECEPÇÃO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
641	2168	Assento	Cadeira Flah	SIM	RECEPÇÃO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
642	2169	Assento	Cadeira Flah	SIM	RECEPÇÃO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
643	2170	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
644	2171	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
645	2174	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
646	2177	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
647	2178	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
648	2180	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
649	2181	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
650	2182	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
651	2183	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
652	2184	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
653	2185	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
654	2186	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
655	2187	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
656	2188	Assento	Cadeira Flah	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-

657	2189	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
658	2190	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
659	2191	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
660	2192	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
661	2194	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
662	2195	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
663	2196	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
664	2197	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
665	2198	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
666	2199	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
667	2200	Assento	Cadeira Flash	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
668	994	Assento	Cadeira Secretária Eglopax Verde	NÃO	COPA	0,70	0,50	0,50	0,25	SIM	5	0,25	0,25	-
669	995	Assento	Cadeira Secretária Eglopax Verde	NÃO	COPA	0,70	0,50	0,50	0,25	SIM	5	0,25	0,25	-
670	996	Assento	Cadeira Secretária Eglopax Verde	NÃO	COPA	0,70	0,50	0,50	0,25	SIM	5	0,25	0,25	-
671	1338	Cafeteira	Cafeteira Jarr Inox Philips Wallita	NÃO	COPA	0,35	0,20	0,20	0,20	NÃO	-	0,04	0,04	-
672	2528	Caixa de som		SIM	T1	1,00	0,50	0,50	0,25	NÃO	-	0,25	0,25	-
673	2526	Camcra Fotográfica		NÃO	T1	0,15	0,20	0,20	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
674	2527	Camcra Fotográfica		NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
675	40	Camcra Fotográfica	Camcra Fotográfica Canon EOS 60D	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
676	187	Camcra Fotográfica	Camcra Fotográfica Nikon P520	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
677	188	Camcra Fotográfica	Camcra Fotográfica Nikon P520	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
678	189	Camcra Fotográfica	Camcra Fotográfica Nikon P520	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
679	190	Camcra Fotográfica	Camcra Fotográfica Nikon P520	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
680	1455	Camcra Fotográfica	Camcra fotografica Samsung Smart	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
681	984	Camcra Fotográfica	Camcra fotografica Sony DSC-HX300	NÃO	T1	0,15	0,20	0,15	0,15	NÃO	-	0,03	0,03	-
682	194	Carrinho de transporte	Carrinho de ferro transporte utensilios	NÃO	ALMOXARFADO	1,10	0,60	0,60	0,60	NÃO	-	0,36	0,36	-
683	1620	Carrinho de transporte	Carrinho plataforma transporte utensilios	NÃO	ALMOXARFADO	1,10	0,60	0,60	0,60	NÃO	-	0,36	0,36	-
684	991	PABX	Central Telefônica PABX BP 2150	NÃO	T1	0,15	0,20	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	0,06	-
685	36	PABX	Central Telefônica PABX Panasonic	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	0,30	NÃO	-	0,06	0,06	-
686	175	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
687	176	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
688	177	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
689	178	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
690	179	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
691	180	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
692	181	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
693	182	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
694	183	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
695	184	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
696	1331	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Elgin com controle	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
697	1333	Climatizador de AR	Climatizador de Ar Elgin com controle	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
698	2540	Climatizador de AR	Climatizador de ar industrial 80L 250W	NÃO	SALA DE REJUNIAO	1,10	0,35	0,35	0,50	NÃO	-	0,18	0,18	-
699	2541	Climatizador de AR	Climatizador de ar industrial 80L 250W	NÃO	SALA DE REJUNIAO	1,10	0,35	0,35	0,50	NÃO	-	0,18	0,18	-
700	2542	Climatizador de AR	Climatizador de ar industrial 80L 250W	NÃO	SALA DE REJUNIAO	1,10	0,35	0,35	0,50	NÃO	-	0,18	0,18	-
701	2543	Climatizador de AR	Climatizador de ar industrial 80L 250W	NÃO	SALA DE REJUNIAO	1,10	0,35	0,35	0,50	NÃO	-	0,18	0,18	-
702	1608	Climatizador de AR	Climatizador de ar reverso Phico	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-
703	1611	Climatizador de AR	Climatizador de ar reverso Phico	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,25	0,25	0,30	NÃO	-	0,08	0,08	-

704	2544	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
705	2545	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
706	2546	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
707	2547	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
708	2548	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
709	2549	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
710	2550	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
711	2551	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
712	2552	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
713	2553	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
714	2554	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
715	2555	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
716	2556	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
717	2557	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
718	2558	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
719	2559	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
720	2560	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
721	2561	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
722	2562	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
723	2563	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
724	2564	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
725	2565	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
726	2566	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
727	2567	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
728	2568	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
729	2569	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
730	2570	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
731	2571	Climatizador de AR		NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,85	0,50	0,35	NÃO	-	0,18	0,18	-
732	1385	Livro	CLT - Comentada - 2016	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
733	1392	Livro	CLT Organizada - Saraya 2ª Edição	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
734	1790	Camera Fotografica	Coletor de Assinatura Topaz	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	0,06	-
735	1791	Camera Fotografica	Coletor de Assinatura Topaz	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	0,06	-
736	1792	Camera Fotografica	Coletor de Assinatura Topaz	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	0,06	-
737	781	Conector/Coluna de ligação	Coluna de ligação entre Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
738	782	Conector/Coluna de ligação	Coluna de ligação entre Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
739	1216	Conector/Coluna de ligação	Coluna de ligação entre Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
740	1217	Conector/Coluna de ligação	Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
741	1218	Conector/Coluna de ligação	Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
742	1219	Conector/Coluna de ligação	Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
743	1289	Conector/Coluna de ligação	Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
744	1290	Conector/Coluna de ligação	Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
745	1291	Conector/Coluna de ligação	Bombos	SIM	DEPÓSITO	1,10	0,15	0,15	NÃO	-	0,02	0,02	-
746	1588	Livro	Comentários à Lei de Licitações Contrato	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
747	1589	Livro	Comentários à Lei de Licitações Contrato	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
748	1192	Livro	Comentários Lei Licitações 15ª Ed.	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
749	1190	Livro	Comentários Lei Licitações 8ª Ed.	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
750	1362	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AUO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-

751	1363	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
752	1364	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
753	1365	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
754	1366	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
755	1367	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
756	1368	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
757	1370	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
758	1371	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
759	1373	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
760	1374	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
761	1375	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
762	1376	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
763	1377	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
764	1378	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
765	1379	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
766	1380	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
767	1538	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
768	1539	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
769	1540	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
770	1541	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
771	1542	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
772	1551	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
773	1552	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
774	1553	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
775	1554	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
776	1555	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
777	1556	CPU / Computador / Servidor	Computador HP AIO 800	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
778	1622	Arquivo	Conjunto arquivo deslizante mecânico	SIM	DEPÓSITO	2,22	9,00	1,20	NÃO	-	10,80	10,80	-
779	1623	Arquivo	Conjunto arquivo deslizante mecânico	SIM	DEPÓSITO	2,22	9,00	1,20	NÃO	-	10,80	10,80	-
780	1188	livro	Contratação Direta Sem Licitação 9ª Ed.	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
781	1586	livro	Contratação Direta Sem Licitação Vol. 6	NÃO	ARMÁRIOS	0,30	0,15	0,03	NÃO	-	0,00	0,00	-
782	191	Controle / Relógio de Ponto / coletor de assinatura	Controlê Biométrico de Ponto HENRY	NÃO	TJ	1,00	0,30	0,15	NÃO	-	0,05	0,05	-
783	41	Fogão	Cooktop elétrico Fischer 2 bocas	SIM	DEPÓSITO	0,05	0,50	0,30	SIM	2	0,15	0,15	-
784	1349	Fogão	Cooktop elétrico Fischer 2 bocas	SIM	DEPÓSITO	0,05	0,50	0,30	SIM	2	0,15	0,15	-
785	1322	Fogão	Cooktop elétrico Tramontina 2 bocas	SIM	DEPÓSITO	0,05	0,50	0,30	SIM	2	0,15	0,15	-
786	1355	Fogão	Cooktop Fisher 2 bocas a gás	SIM	DEPÓSITO	0,05	0,50	0,30	SIM	2	0,15	0,15	-
787	1713	Fogão	Cooktop Midea Q551A 4 queimadores	NÃO	COPA	0,05	0,60	0,45	SIM	2	0,27	0,27	-
788	1707	Fogão	Cooktop Philco 1 queimador 220V	SIM	DEPÓSITO	0,05	0,40	0,30	SIM	2	0,12	0,12	-
789	2608	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
790	2609	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
791	2610	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
792	2611	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
793	2612	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
794	2613	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
795	2614	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
796	2615	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-
797	2616	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	0,10	-

798	2617	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
799	2618	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
800	2619	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
801	2620	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
802	2621	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
803	2622	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
804	2623	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
805	2624	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
806	2625	CPU / Computador / Servidor	Desktop P3 Tower Workstation	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,40	0,20	0,50	SIM	2	0,10	-
807	193	Embalador de guard-chuvas	Embalador de guard-chuvas	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,75	0,25	0,20	NÃO	-	0,05	-
808	166	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
809	167	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
810	168	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
811	169	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
812	170	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
813	171	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
814	1695	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
815	1696	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
816	1697	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
817	1698	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
818	1699	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
819	1700	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
820	1701	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
821	1702	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
822	1703	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
823	1704	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
824	1705	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
825	1706	Estante/Prateleira/Nicho	Estante de aço com 06 prateleiras	NÃO	ALMOXARFADO	2,00	0,92	0,30	NÃO	-	0,28	-
826	1796	Firewall	Firewall (FortiGate 100F)	NÃO	T1	0,05	0,5	0,3	NÃO	3	0,15	-
827	74	Firewall	Firewall NSA 220	NÃO	T1	0,05	0,5	0,3	NÃO	3	0,15	-
828	1691	Camêra Fotográfica	Flash Gerador ID Bio Autovolt	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	-
829	1692	Camêra Fotográfica	Flash Gerador ID Bio Autovolt	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	-
830	1693	Camêra Fotográfica	Flash Gerador ID Bio Autovolt	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	-
831	1804	Camêra Fotográfica	Flash ID BIO	NÃO	T1	0,15	0,20	0,30	NÃO	-	0,06	-
832	1797	Software	FortiGate 100F Unified Threat Protection	NÃO	T1	0,05	0,5	0,3	NÃO	3	0,15	-
833	185	Fragmentadora de papel	Fragmentadora de papel	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
834	1401	Fragmentadora de papel	Fragmentadora de papel	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
835	1405	Fragmentadora de papel	Fragmentadora de papel	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
836	1582	Fragmentadora de papel	Fragmentadora de papel	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
837	42	Frigobar	Frigobar Consul CRM50A	NÃO	COPA	0,65	0,44	0,50	NÃO	-	0,22	-
838	388	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-
839	389	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-
840	390	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-
841	391	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-
842	392	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-
843	393	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-
844	394	Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavêdo	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SIM	2	0,17	-

[illegible][illegible]

892	442	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
893	443	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
894	444	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
895	445	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
896	447	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
897	448	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
898	449	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
899	450	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
900	451	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
901	452	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
902	454	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
903	455	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
904	456	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
905	457	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
906	458	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
907	459	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
908	460	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ATENDIMENTO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
909	1381	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ATENDIMENTO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
910	1382	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ATENDIMENTO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
911	1383	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ATENDIMENTO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
912	1384	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ATENDIMENTO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
913	1385	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	ATENDIMENTO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
914	1386	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	RECEPÇÃO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
915	1387	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	NÃO	RECEPÇÃO	0,60	0,33	0,52	SM	2	0,17
916	540	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	ALMOXARFADO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
917	541	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	MANUTENÇÃO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
918	542	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
919	543	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
920	544	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
921	546	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
922	547	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
923	548	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
924	549	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
925	550	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
926	551	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
927	552	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
928	553	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 2 portas, luneta	SM	DEPÓSITO	1,06	0,42	0,49	NÃO	-	0,21
929	515	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
930	516	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
931	517	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
932	518	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
933	519	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
934	520	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
935	521	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
936	522	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
937	523	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21
938	524	Gaveteiro volante		Gaveteiro volante, 3 gavetas	SM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SM	2	0,21

939	525 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
940	526 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
941	527 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
942	528 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
943	529 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
944	530 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
945	531 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
946	532 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
947	533 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
948	534 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
949	535 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
950	536 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
951	537 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
952	538 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
953	1209 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
954	1210 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
955	1386 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
956	1479 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
957	1480 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
958	1481 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
959	1482 Gaveteiro volante	Gaveteiro volante, 3 gavetas	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,41	0,52	SIM	2	0,21	-
960	887 Veículo	Go! City MC, cor: Preta, Placa: FVM-9688	NÃO	ESTACIONAMENTO				NÃO		0,00	-
961	2532 Gravador (mini/portátil)	Gravador de áudio Zoom PodTrak P4	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
962	1576 Gravador (mini/portátil)	Gravador de Voz Sony Preto	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
963	1577 Gravador (mini/portátil)	Gravador de Voz Sony Preto	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
964	1578 Gravador (mini/portátil)	Gravador de Voz Sony Preto	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
965	1579 Gravador (mini/portátil)	Gravador de Voz Sony Preto	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
966	1580 Gravador (mini/portátil)	Gravador de Voz Sony Preto	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
967	13 Gravador (mini/portátil)	Gravador Sony T-Mark	NÃO	T1	0,20	0,20	0,20	SIM	3	0,04	-
968	1629 HD Externo / Storage MAS	HD Dell Hot-Plugable 2TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
969	1630 HD Externo / Storage MAS	HD Dell Hot-Plugable 2TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
970	1631 HD Externo / Storage MAS	HD Dell Hot-Plugable 2TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
971	1632 HD Externo / Storage MAS	HD Dell Hot-Plugable 2TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
972	1633 HD Externo / Storage MAS	HD Dell Hot-Plugable 2TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
973	1634 HD Externo / Storage MAS	HD Dell Hot-Plugable 2TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
974	244 HD Externo / Storage MAS	HD Externo Samsung 1TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
975	245 HD Externo / Storage MAS	HD Externo Samsung 1TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
976	596 HD Externo / Storage MAS	HD Externo Samsung 1TB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
977	1635 HD Externo / Storage MAS	HD Externo Seagate	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
978	1636 HD Externo / Storage MAS	HD Externo Seagate	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
979	1637 HD Externo / Storage MAS	HD Externo Seagate	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
980	15 HD Externo / Storage MAS	HD Externo WD My Passport 500GB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
981	16 HD Externo / Storage MAS	HD Externo WD My Passport 500GB	NÃO	T1	0,03	0,15	0,20	SIM	5	0,03	-
982	2523 Iluminador	Iluminador 128 leds	NÃO	SAÍDAS DE REJUNTAO	1,00	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	-
983	1385 Impressora	Impressora HP Color LJ Flow MFP M880	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	-
984	1386 Impressora	Impressora HP Color LJ Flow MFP M880	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	-
985	934 Impressora	Impressora HP Laser Color PRO 100	NÃO	ESTACÕES DE TRABALHO	0,80	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	-

986	993 Impressora	Impressora HP Laser Color PRO 200		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
987	94 Impressora	Impressora HP Laser Color PRO 400		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
988	35 Impressora	Impressora HP Laser Color PRO 400		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
989	33 Impressora	Impressora HP Laser Color PRO 400		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
990	3 Impressora	Impressora HP Laser Jet CP 1025 Color		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
991	1 Impressora	Impressora HP Laser Jet CP1025 Color		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
992	2 Impressora	Impressora HP Laser Jet CP1025 Color		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
993	1180 Impressora	Impressora HP LaserJet Color M551DN		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
994	1181 Impressora	Impressora HP LaserJet Color M551DN		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
995	1182 Impressora	Impressora HP LaserJet Color M551DN		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
996	1183 Impressora	Impressora HP LaserJet Color M551DN		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
997	1184 Impressora	Impressora HP LaserJet Color M551DN		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
998	1172 Impressora	Impressora HP OfficeJet X585F		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
999	1173 Impressora	Impressora HP OfficeJet X585F		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1000	1176 Impressora	Impressora HP OfficeJet X585F		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1001	1177 Impressora	Impressora HP OfficeJet X585F		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1002	1178 Impressora	Impressora HP OfficeJet X585F		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1003	1179 Impressora	Impressora HP OfficeJet X585F		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1004	1347 Impressora	Impressora Multi OfficeJet		SIM	DEPÓSITO	0,80	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1005	920 Impressora	Impressora Pictet HP DesignJet T120		SIM	DEPÓSITO	0,30	1,00	0,70	0,70	NÃO	-	0,70	0,70	-
1006	1800 Impressora	Impressora HP Laser 107W		SIM	DEPÓSITO	0,40	0,50	0,50	0,50	NÃO	-	0,25	0,25	-
1007	889 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1008	884 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1009	895 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1010	886 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1011	889 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1012	901 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1013	903 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1014	905 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,01	-
1015	912 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1016	913 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1017	914 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1018	915 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1019	916 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1020	917 CPU / Computador / Servidor	Ipad Apple		NÃO	T1	0,25	0,19	0,19	0,01	SIM	5	0,00	0,00	-
1021	883 Estofado/Sofá	Kit sofá modular, 4 lugares + mesinha		NÃO	RECEPÇÃO	0,87	3,30	2,90	2,90	NÃO	-	9,57	9,57	-
1022	1007 Estofado/Sofá	Kit sofá modular, 4 lugares + mesinha		NÃO	RECEPÇÃO	0,87	3,30	2,90	2,90	NÃO	-	9,57	9,57	-
1023	1008 Estofado/Sofá	Kit sofá modular, 4 lugares + mesinha		NÃO	RECEPÇÃO	0,87	3,30	2,90	2,90	NÃO	-	9,57	9,57	-
1024	872 Lavadora de Roupa/Tanquinho	Lavadora de roupa / Tanquinhos anti-automático		NÃO	DML	0,96	0,49	0,05	0,55	NÃO	-	0,27	0,27	-
1025	1803 Câmera Fotográfica	Lector Biométrico		NÃO	ATENDIMENTO	0,03	0,05	0,07	0,07	NÃO	-	0,00	0,00	-
1026	1808 Webcam	Logitech Meetup USB Câmera		NÃO	T1	0,08	0,40	0,10	0,10	NÃO	-	0,04	0,04	-
1027	1809 Webcam	Logitech Meetup USB Câmera		NÃO	T1	0,08	0,40	0,10	0,10	NÃO	-	0,04	0,04	-
1028	1810 Webcam	Logitech Meetup USB Câmera		NÃO	T1	0,08	0,40	0,10	0,10	NÃO	-	0,04	0,04	-
1029	1814 Microfone	Logitech Microfone de Expansão for Meetu		NÃO	T1			0,00	0,00			0,00	0,00	-
1030	1815 Microfone	Logitech Microfone de Expansão for Meetu		NÃO	T1			0,00	0,00			0,00	0,00	-
1031	1816 Microfone	Logitech Microfone de Expansão for Meetu		NÃO	T1			0,00	0,00			0,00	0,00	-
1032		Logitech TAP Meeting Room Touch Control		NÃO	T1			0,00	0,00			0,00	0,00	-

1033	1812	Controlador para Videoconferência		NÃO	T1						0,00	0,00	
1034	1813	Controlador para Videoconferência	Logitech TAP Meeting Room Touch Control	NÃO	T1						0,00	0,00	
1035	1770	Videô-Job	Mercedes-Sprinter 416, Pneu GAQ0294	NÃO	ESTACIONAMENTO						0,00	0,00	
1036	22	Mesa	Mesa com 02 gavetas, pés de aço	SIM	DEPÓSITO	0,75	1,20	0,66	SIM	2	0,79	0,79	-
1037	19	Mesa	Mesa com 03 gavetas, pés de aço	NÃO	ALMOXARIFADO	0,75	1,40	0,66	SIM	2	0,92		
1038	20	Mesa	Mesa com 03 gavetas, pés de aço	NÃO	CDPA	0,75	1,40	0,66	SIM	2	0,92	1,39	-
1039	21	Mesa	Mesa com 03 gavetas, pés de aço	NÃO	MANUTENÇÃO	0,75	1,40	0,66	SIM	2	0,92	-	-
1040	2331	Switch	Mesa de corte FeeWorld LivePro L1 V1	NÃO							0,00	0,00	
1041	993	Mesa	Mesa de escritório com tampo fixo	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,20	0,60	SIM	2	0,60	0,60	-
1042	2525	Mesa de som	Mesa de som	NÃO	T1	0,05	0,13	0,20	NÃO	-	0,03	0,03	-
1043	374	Mesa	Mesa Presidência, estrutura cromada	NÃO	GESTORES	0,74	2,20	0,90	SIM	2	1,80	1,80	Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1044	571	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1045	572	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1046	573	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1047	574	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1048	575	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1049	576	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1050	577	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05	6,30	Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1051	578	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1052	579	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1053	580	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1054	1204	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1055	1205	Mesa	Mesa principal com complemento em "L"	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,70	SIM	2	1,05		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1056	567	Mesa	Mesa principal com gaveteiro fixo	NÃO	RECEPÇÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		Com complemento L1000 x P900 x H740mm).
1057	568	Mesa	Mesa principal com gaveteiro fixo	NÃO	RECEPÇÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	1,96	-
1058	569	Mesa	Mesa principal com gaveteiro fixo	NÃO	RECEPÇÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	-	-
1059	570	Mesa	Mesa principal com gaveteiro fixo	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1060	582	Mesa	Mesa principal e complemento para Presidência/Vice Presid.	NÃO	GESTORES	0,74	1,80	0,90	SIM	2	1,62		-
1061	555	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1062	557	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1063	558	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1064	559	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1065	560	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1066	561	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1067	562	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1068	563	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1069	564	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1070	565	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	11,10	-
1071	566	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1072	1211	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1073	1212	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1074	1213	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1075	1214	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1076	1215	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1077	1483	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1078	1484	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-
1079	1485	Mesa	Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98		-

1080	1486	Mesa	Mesa principal L1480 x P700 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	-
1081	1487	Mesa	Mesa principal L1480 x P700 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	-
1082	656	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1083	787	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1084	805	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1085	806	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1086	808	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1087	809	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1088	810	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1089	811	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1090	812	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1091	814	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1092	815	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1093	1018	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1094	1046	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1095	1070	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1096	1072	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1097	1543	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1098	1544	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1099	1545	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1100	1546	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1101	1548	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1102	1549	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1103	1550	Mesa	Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	SIM	DEPÓSITO	0,74	1,50	0,50	SIM	2	0,75	-
1104	583	Mesa	Mesa principal Reunião Vice e Presidência	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	2,00	0,90	SIM	2	1,80	-
1105	818	Mesa	Mesa redonda alta	SIM	DEPÓSITO	1,00	0,60	0,60	SIM	2	0,36	-
1106	819	Mesa	Mesa redonda alta	SIM	DEPÓSITO	1,00	0,60	0,60	SIM	2	0,36	-
1107	719	Mesa	Mesa retangular com armário aberto	SIM	COPA	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	-
1108	1002	Mesa	Mesa retangular com armário aberto	SIM	COPA	0,74	1,40	0,70	SIM	2	0,98	-
1109	584	Mesa	Mesa retangular para reunião	SIM	DEPÓSITO	0,74	2,00	1,10	SIM	2	2,20	-
1110	375	Mesa	Mesa Reunião, estrutura cromada	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,74	3,50	1,10	SIM	2	3,85	-
1111	5	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador CPU HP Pro Slim Line	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1112	7	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador CPU HP Pro Slim Line	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1113	9	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador CPU HP Pro Slim Line	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1114	11	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador CPU HP Pro Slim Line	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1115	1644	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dallen All In One	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1116	1645	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dallen All In One	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1117	1646	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dallen All In One	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1118	1647	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dallen All In One	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1119	1648	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dallen All In One	SIM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1120	639	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell AD Inspiron	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1121	641	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell AD Inspiron	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1122	642	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell AD Inspiron	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1123	643	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell AD Inspiron	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1124	644	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell AD Inspiron	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1125	647	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell AD Inspiron	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-
1126	94	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell ALL IN ONE 9010	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	-

[illegible]

1174	1737	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell Optiplex 3070 MFF	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1175	1738	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell Optiplex 3070 MFF	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1176	1739	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell Optiplex 3070 MFF	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1177	1407	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell Optiplex AIO 9030	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1178	1408	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Dell Optiplex AIO 9030	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1179	1740	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1180	1741	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1181	1742	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1182	1744	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1183	1773	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1184	1778	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1185	1782	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1186	1783	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1187	1785	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1188	1786	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1189	1787	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1190	1788	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1191	1789	CPU / Computador / Servidor	Microcomputador Portátil Dell Latitude	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1192	2529	Microfone	Microfone sem fio wireless	NÃO	T1						0,00	0,00	
1193	2530	Microfone	Microfone sem fio wireless	NÃO	T1						0,00	0,00	
1194	2034	Microondas	Microondas 34L	SM	DEPÓSITO	0,30	0,50	0,40	SM	2	0,20		-
1195	174	Microondas	Microondas Brastemp Active BMS45	NÃO	COPA	0,30	0,50	0,40	SM	2	0,20	0,20	-
1196	1712	Microondas	Microondas Electrolux MEG41	SM	DEPÓSITO	0,30	0,50	0,40	SM		0,20		-
1197	1817	CPU / Computador / Servidor	Mini Pc, Windows 10, Intel Nuc Celeron 2	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1198	1818	CPU / Computador / Servidor	Mini Pc, Windows 10, Intel Nuc Celeron 2	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1199	1819	CPU / Computador / Servidor	Mini Pc, Windows 10, Intel Nuc Celeron 2	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,30	NÃO	-	0,15	0,15	-
1200	1650	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1201	1653	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1202	1662	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1203	1667	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1204	1672	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1205	1686	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1206	1687	CPU / Computador / Servidor	Monitor AOC 23,6"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1207	1621	Monitor	Monitor Dell 20"	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1208	1754	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1209	1755	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1210	1756	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1211	1757	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1212	1758	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1213	1759	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1214	1760	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1215	1761	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1216	1763	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1217	1765	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1218	1766	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1219	1767	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1220	1768	Monitor	Monitor Dell 24" P 2418H2m	NÃO	ESTações DE TRABALHO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-

1315	2497	Monitor	Monitor Full HD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1316	2498	Monitor	Monitor Full HD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1317	2499	Monitor	Monitor Full HD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1318	2500	Monitor	Monitor Full HD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1319	2501	Monitor	Monitor Full HD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1320	2502	Monitor	Monitor Full HD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1321	2590	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1322	2591	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1323	2592	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1324	2593	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1325	2594	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1326	2595	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1327	2596	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1328	2597	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1329	2598	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1330	2599	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1331	2600	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1332	2601	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1333	2602	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1334	2603	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1335	2604	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1336	2605	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1337	2606	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1338	2607	Monitor	Monitor Lenovo ThinkVision T22-30 LCD	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1339	2534	Monitor	Monitor Philips 24 Pol. LE D, IPS	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1340	2535	Monitor	Monitor Philips 24 Pol. LE D, IPS	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1341	4	Monitor	Monitor Philips LED 15,6"	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1342	6	Monitor	Monitor Philips LED 15,6"	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1343	8	Monitor	Monitor Philips LED 15,6"	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1344	10	Monitor	Monitor Philips LED 15,6"	SM	DEPÓSITO	0,50	0,50	0,20	NÃO	-	0,10	0,10	-
1345	2398	Nobreak	Nobreak KMBE	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1346	2399	Nobreak	Nobreak KMBE	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1347	2400	Nobreak	Nobreak KMBE	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1348	2401	Nobreak	Nobreak KMBE	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1349	2402	Nobreak	Nobreak KMBE	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1350	38	Nobreak	No Break Seden Line Interactive	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1351	983	Nobreak	Nobreak SMS 1800VA	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1352	952	Nobreak	Nobreak SMS 3.1 KVA Sinus P914D	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1353	954	Nobreak	Nobreak SMS STATION II 1200VA	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1354	960	Nobreak	Nobreak SMS STATION II 1200VA	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1355	965	Nobreak	Nobreak SMS STATION II 600VA	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1356	966	Nobreak	Nobreak SMS STATION II 600VA	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1357	976	Nobreak	Nobreak SMS STATION II 600VA	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1358	1801	Nobreak	Nobreak SMS, 6 tomadas	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1359	2513	Nobreak	Nobreak UPS Mini 600	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1360	2514	Nobreak	Nobreak UPS Mini 600	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-
1361	2515	Nobreak	Nobreak UPS Mini 600	NÃO	CPD	0,33	0,19	0,39	SM	2	0,07	0,07	-

[illegible][illegible]

1597	822 Mesa	Plataforma de trabalho para 2 usuários	NÃO	ATENIMENTO	0,74	1,20	1,40	SIM	2	1,68	-
1598	823 Mesa	Plataforma de trabalho para 2 usuários	NÃO	ATENIMENTO	0,74	1,20	1,40	SIM	2	1,68	-
1599	824 Mesa	Plataforma de trabalho para 2 usuários	NÃO	ATENIMENTO	0,74	1,20	1,40	SIM	2	1,68	-
1600	825 Mesa	Plataforma de trabalho para 2 usuários	NÃO	ATENIMENTO	0,74	1,40	1,40	SIM	2	1,96	-
1601	826 Mesa	Plataforma de trabalho para 2 usuários	NÃO	ATENIMENTO	0,74	1,40	1,40	SIM	2	1,96	-
1602	827 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	GESTORES	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1603	828 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	GESTORES	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1604	829 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	GESTORES	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1605	831 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	GESTORES	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1606	832 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	GESTORES	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1607	833 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1608	834 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1609	835 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1610	836 Mesa	Plataforma de trabalho para 4 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	2,40	1,40	SIM	2	3,36	-
1611	837 Mesa	Plataforma de trabalho para 6 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	3,60	1,40	SIM	2	5,04	-
1612	838 Mesa	Plataforma de trabalho para 6 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	3,60	1,40	SIM	2	5,04	-
1613	839 Mesa	Plataforma de trabalho para 6 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	3,60	1,40	SIM	2	5,04	-
1614	840 Mesa	Plataforma de trabalho para 6 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	3,60	1,40	SIM	2	5,04	-
1615	841 Mesa	Plataforma de trabalho para 6 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	3,60	1,40	SIM	2	5,04	-
1616	842 Mesa	Plataforma de trabalho para 6 usuários	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,74	3,60	1,40	SIM	2	5,04	-
1617	156 Assento	Poltrona giratória Paris, Sued marcom	SIM	DEPÓSITO	0,90	0,30	0,50	NÃO	-	0,25	-
1618	940 Projetor	Projetor DELL 1610 HD	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1619	941 Projetor	Projetor DELL 1610 HD	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1620	944 Projetor	Projetor DELL 1610 HD	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1621	945 Projetor	Projetor DELL 1610 HD	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1622	951 Projetor	Projetor Multimidia OPTOMA W-401	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1623	2576 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1624	2577 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1625	2578 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1626	2579 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1627	2580 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1628	2581 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1629	2582 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1630	2583 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1631	2584 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1632	2585 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1633	2586 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1634	2587 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1635	2588 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1636	2589 Projetor	Projetor MW560	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1637	12 Projetor	Projetor Sony VPL-EX1210	NÃO	T1				NÃO		0,00	0,00
1638	2048 Purificador de Água	Purificador de Água Latina	NÃO	COPA	0,40	0,30	0,40	NÃO	-	0,12	-
1639	2049 Purificador de Água	Purificador de Água Latina	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,40	0,30	0,40	NÃO	-	0,12	-
1640	1314 Purificador de Água	Purificador de Água Latina P4335	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,30	0,40	NÃO	-	0,12	-
1641	1336 Purificador de Água	Purificador de Água Latina P4335	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,30	0,40	NÃO	-	0,12	-
1642	44 Purificador de Água	Purificador de Água Latina Puitronic	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,30	0,12	NÃO	-	0,12	-
1643	45 Purificador de Água	Purificador de água Latina Puitronic	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,30	0,40	NÃO	-	0,12	-

1644	1325	Purificador de Torneira Consul Facille		SM	DEPÓSITO	0,40	0,30	0,40	NÃO	-	0,12	0,12	-
1645	46	Rack para servidor	Rack 50U 19" Preto com rodízios	NÃO	CPD	1,00	0,80	0,30	NÃO	-	0,24	0,24	-
1646	937	Rack para servidor	Rack suporte para TV de 37-70"	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	1,81	0,80	0,30	NÃO	-	0,24	0,24	-
1647	938	Rack para servidor	Rack suporte para TV de 37-70"	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	1,81	0,80	0,30	NÃO	-	0,24	0,24	-
1648	939	Rack para servidor	Rack suporte para TV de 37-70"	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	1,81	0,80	0,30	NÃO	-	0,24	0,24	-
1649	1497	Software	Receptor de Voto	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1650	43	Refrigerador	Refrigerador Consul Frost Free CHM50A	NÃO	COPA	1,87	0,71	0,74	NÃO	-	0,53	0,53	-
1651	1714	Refrigerador	Refrigerador Consul Frost Free Duplex	SM	DEPÓSITO	1,87	0,71	0,73	NÃO	-	0,52	0,52	-
1652	1590	Livro	Registro de Preços e Pregão 0º Edição	NÃO	ARMÁRIOS				NÃO	-	0,00	0,00	-
1653	1591	Livro	Registro de Preços e Pregão 0º Edição	NÃO	ARMÁRIOS				NÃO	-	0,00	0,00	-
1654	172	Relógio / Cronômetro	Relógio/Cronômetro Digital com central de comando	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1655	173	Relógio / Cronômetro	Relógio/Cronômetro Digital com central de comando	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1656	884	Veículo	Remanial Master 16 lig., Placa FTE 6480	NÃO	ESTACIONAMENTO				NÃO	-	0,00	0,00	-
1657	154	Roteador	Roteador Cisco Wireless RV110W	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1658	155	Roteador	Roteador Cisco Wireless RV110W	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1659	39	Roteador	Roteador Dlink D38-1000N com 2 WAN	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1660	1459	Roteador	Roteador TP Link Dual Band	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1661	1460	Roteador	Roteador TP Link Dual Band	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1662	461	Veículo	Sentia 2.0, cor: Preta, Placa F5Q-2382	NÃO	ESTACIONAMENTO				NÃO	-	0,00	0,00	-
1663	47	CPU / Computador / Servidor	Servidor Poweredge R420 DELL	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1664	55	CPU / Computador / Servidor	Servidor Poweredge R420 DELL	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1665	1807	Sistema de Combate à Incêndio	Sistema de Incêndio Sede XV de Novembro	NÃO	SEDE				NÃO	-	0,00	0,00	-
1666	1185	Livro	Sistema Registro Preços Pregão 4º Ed.	NÃO	ARMÁRIOS				NÃO	-	0,00	0,00	-
1667	1567	Monitor	Smart TV Semp Toshiba LED 32" DTV	NÃO	TJ	0,48	0,73	0,20	NÃO	-	0,15	0,15	-
1668	1570	Monitor	Smart TV Semp Toshiba LED 32" DTV	NÃO	TJ	0,48	0,73	0,20	NÃO	-	0,15	0,15	-
1669	1575	Monitor	Smart TV Semp Toshiba LED 55"	NÃO	GESTORES	0,73	1,23	0,71	NÃO	-	0,87	0,87	-
1670	1583	Estofado/Sofá	Sofá de couro, 1 lugar	SM	DEPÓSITO	0,79	0,87	0,79	NÃO	-	0,69	0,69	-
1671	464	Estofado/Sofá	Sofá de couro, 2 lugares	SM	DEPÓSITO	0,67	1,50	0,78	NÃO	-	1,17	1,17	-
1672	2333	Iluminador	Softbox 40x60 cm	NÃO	TJ	0,72	0,18	0,17	NÃO	-	0,03	0,03	-
1673	1458	Software	Software (parelho de votação)	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1674	202	Veículo	SPIN 1.8 LT, cor: Preta, Placa DJM-8633	NÃO	ESTACIONAMENTO				NÃO	-	0,00	0,00	-
1675	200	Veículo	SPIN 1.8 LT, cor: Preta, Placa DJM-8636	NÃO	ESTACIONAMENTO				NÃO	-	0,00	0,00	-
1676	1638	HD Externo / Storage NAS	Storage NAS Aius	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1677	1639	HD Externo / Storage NAS	Storage NAS Aius	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1678	1805	Cadeira de rodas / Suporte com banqueta de tela de Fundo	Suporte com Banqueta e Tela de Fundo	SM	DEPÓSITO	0,94	0,71	0,08	NÃO	-	0,06	0,06	-
1679	1806	Cadeira de rodas / Suporte com banqueta de tela de Fundo	Suporte com Banqueta e Tela de Fundo	SM	DEPÓSITO	0,94	0,71	0,08	NÃO	-	0,06	0,06	-
1680	157	Switch	Switch 4 portas KVM ATEN Master View Max	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1681	48	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1682	49	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1683	50	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1684	51	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1685	52	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1686	53	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1687	54	Switch	Switch Dell 24 portas PCT 6224	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1688	465	Switch	Switch Dell Powerconnect 6224 24 portas	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1689	466	Switch	Switch Dell Powerconnect 6224 24 portas	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-
1690	1642	CPU / Computador / Servidor	Tablet Samsung Galaxy Tab 1650 Preto	NÃO	TJ				NÃO	-	0,00	0,00	-

1691	1643 CPU / Computador / Servidor		NÃO	TJ						-	0,00	0,00	-
1692	2524 Teleprinter	Teleprinter	NÃO	TJ	0,26	0,26				-	0,07	0,07	-
1693	935 Baraca/Tenda	Tenda 3 x 3m PVC fechamento lateral	SIM	DEPÓSITO						-	0,00	0,00	-
1694	2036 Televisor	TV 85"	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	1,09	1,90				-	0,06	0,06	-
1695	2037 Televisor	TV 85"	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	1,09	1,90				-	0,06	0,06	-
1696	2038 Televisor	TV 85"	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	1,09	1,90				-	0,06	0,06	-
1697	29 Monitor	TV Monitor LG21,5" LED Full HD	SIM	DEPÓSITO	0,30	0,52				-	0,02	0,02	-
1698	30 Monitor	TV Monitor LG21,5" LED Full HD	SIM	DEPÓSITO	0,30	0,52				-	0,02	0,02	-
1699	31 Monitor	TV Monitor Samsung 40" LED Full HD	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,57	0,95				-	0,03	0,03	-
1700	32 Monitor	TV Monitor Samsung 40" LED Full HD	NÃO	SALAS DE REUNIÃO	0,57	0,95				-	0,03	0,03	-
1701	75 CPU / Computador / Servidor	Unidade de Back-up Dell	NÃO	TJ						-	0,00	0,00	-
1702	1689 Câmera Fotográfica	Unidade de Flash D BLO	NÃO	TJ						-	0,00	0,00	-
1703	1690 Câmera Fotográfica	Unidade de Flash D BLO	NÃO	TJ						-	0,00	0,00	-
1704	1191 Livro	Vade Mecum Licitações Contratos 6ª Ed.	NÃO	ARMAZENS						-	0,00	0,00	-
1705	1187 Livro	Vade Mecum Revista dos Tribunais 8ª Ed.	NÃO	ARMAZENS						-	0,00	0,00	-
1706	1795 Veículo	Van MERCEDES SPRINT EN416	NÃO	ESTACIONAMENTO						-	0,00	0,00	-
1707	1320 Ventilador de Coluna	Ventilador de Coluna Preto	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,60			0,31	-	0,19	0,19	-
1708	2039 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1709	2040 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1710	2041 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1711	2042 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1712	2043 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1713	2044 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1714	2045 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1715	2046 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1716	2047 Ventilador de Coluna	Ventilador de coluna Ventisol	NÃO	ESTAÇÕES DE TRABALHO	0,54	0,52			0,22	-	0,11	0,11	-
1717	1327 Ventilador de Parede	Ventilador de Parede Preto	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,40			0,60	-	0,24	0,24	-
1718	1328 Ventilador de Parede	Ventilador de Parede Preto	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,40			0,60	-	0,24	0,24	-
1719	1612 Ventilador de Parede	Ventilador de parede Tron Preto 60 cm	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,40			0,60	-	0,24	0,24	-
1720	1613 Ventilador de Parede	Ventilador de parede Tron Preto 60 cm	SIM	DEPÓSITO	0,60	0,40			0,60	-	0,24	0,24	-
1721	1329 Ventilador de Parede	Ventilador de Parede Ventisol Preto	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,40			0,60	-	0,24	0,24	-
1722	1330 Ventilador de Parede	Ventilador de Parede Ventisol Preto	SIM	DEPÓSITO	0,40	0,40			0,60	-	0,24	0,24	-
1723	1409 Livro	Vilanova Artigas, Ed. Terceiro Nome	NÃO	ARMAZENS						-	0,00	0,00	-
1724	1410 Livro	Vilanova Artigas, Ed. Terceiro Nome	NÃO	ARMAZENS						-	0,00	0,00	-

Rótulos de Linha	Soma de Quant.	Soma de Vr. Aquisição	Soma de Vr. Líquido
Mesa de corte FeelWorld LivePro L1 V1	1,00 R\$	1.687,49 R\$	1.409,08
Access point	12,00 R\$	14.140,08 R\$	6.078,00
ADOBE - Creative Cloud	4,00 R\$	36.697,00 R\$	4.220,32
Álbum Arquitetura Gravada	1,00 R\$	4.000,00 R\$	4.000,00
Aparelho Telefônico para PABX Analógico	1,00 R\$	275,00 R\$	27,50
Ar condicionado Elgin 21000 BTUS	6,00 R\$	9.540,00 R\$	2.383,38
Ar Condicionado ELGIN R410-A	1,00 R\$	12.301,55 R\$	10.087,31
Ar-condicionado Portatil Rheem	1,00 R\$	3.469,78 R\$	3.313,66
Ar-condicionado Portátil Rheem	1,00 R\$	3.469,78 R\$	3.313,66
Armário alto, 1 compartimento, 2 portas	42,00 R\$	37.891,82 R\$	4.222,06
Armário baixo de aço, 3 gavetas 2 portas	3,00 R\$	1.956,24 R\$	210,27
Armário baixo, 1 compartimento, 2 portas	46,00 R\$	24.839,91 R\$	2.808,81
Armário baixo, 2 compartimentos 4 portas	2,00 R\$	1.793,70 R\$	192,48
Armário de aço, 2 portas, 4 prateleiras	8,00 R\$	5.144,40 R\$	553,44
Arquivo de aço, 5 gavetas, branco/verde	4,00 R\$	2.728,80 R\$	293,04
Balança Eletrônica W300	1,00 R\$	1.660,00 R\$	601,75
Balcão Recepção (2 mesas principais)	1,00 R\$	4.876,11 R\$	524,22
Banqueta fixa alta (branca)	8,00 R\$	5.068,80 R\$	545,76
Banqueta fixa alta (transparente)	4,00 R\$	2.534,40 R\$	272,92
Bebedouro Britânia Aqua Bivolt	1,00 R\$	190,00 R\$	23,00
Bebedouro Karina tipo coluna	2,00 R\$	832,68 R\$	402,04
Bebedouro Lider Inox	1,00 R\$	1.156,66 R\$	324,13
Bebedouro Lider Inox	1,00 R\$	1.156,66 R\$	324,13
Bebedouro para garrafão (branco/bege)	1,00 R\$	241,53 R\$	25,97
Biombo cego 1000mm x 1570mm	15,00 R\$	25.899,60 R\$	2.783,85
Biombo cego 100cm x 110cm	69,00 R\$	93.178,71 R\$	10.015,41
Biombo cego 60cm x 110cm	23,00 R\$	18.332,39 R\$	1.995,58
Cadeira Access base giratória	121,00 R\$	236.026,96 R\$	25.534,90
Cadeira Acuity Alumínio Simile Couro	1,00 R\$	4.800,00 R\$	516,00
Cadeira baixa base 4 hastes Preta	4,00 R\$	15.496,00 R\$	1.664,96
Cadeira base 4 hastes braços curtos	48,00 R\$	74.817,22 R\$	8.047,22
Cadeira base 4 hastes braços longos	33,00 R\$	61.428,18 R\$	7.987,65
Cadeira Beezi	109,00 R\$	57.770,00 R\$	50.828,88
Cadeira Clarity Guest base alumínio	2,00 R\$	9.401,96 R\$	1.010,48
Cadeira de rodas Baxman Jaguaribe	1,00 R\$	799,99 R\$	80,00
Cadeira Diretor base cromada giratória	1,00 R\$	2.522,00 R\$	270,90
Cadeira Diretor base giratória	32,00 R\$	70.491,64 R\$	7.576,70
Cadeira Flash	96,00 R\$	75.816,00 R\$	66.154,56
Cadeira Secretária Ergoplax Verde	5,00 R\$	480,00 R\$	51,60
Cafeteira Jarra Inox Philips Walita	1,00 R\$	200,00 R\$	20,00
Caixa de som	1,00 R\$	2.379,00 R\$	1.772,30
Câmera digital	2,00 R\$	12.475,74 R\$	9.294,38
Câmera Fotográfica Canon EOS 60D	1,00 R\$	3.620,00 R\$	362,00
Câmera Fotográfica Nikon P520	4,00 R\$	5.632,00 R\$	563,20
Câmera fotográfica Samsung Smart	1,00 R\$	971,00 R\$	97,09

Câmera fotográfica Sony DSC-HX300	1,00	R\$	1.579,00	R\$	157,89
Carrinho de ferro transporte utensílios	1,00	R\$	555,50	R\$	55,54
Carrinho plataforma transporte utensílio	1,00	R\$	888,88	R\$	102,28
Central Telefônica PABX BP 250	1,00	R\$	24.530,00	R\$	2.453,00
Central Telefônica PABX Panasonic	1,00	R\$	2.105,95	R\$	210,59
Climatizador de Ar Consul Bem-Estar	10,00	R\$	4.650,00	R\$	464,90
Climatizador de Ar Elgin com controle	3,00	R\$	1.410,75	R\$	141,08
Climatizador de ar industrial 80L 250W	4,00	R\$	8.672,00	R\$	7.891,52
Climatizador de ar reverso Philco	2,00	R\$	1.136,22	R\$	130,72
Climatizador de ar Ventisol 16 litros	28,00	R\$	27.720,00	R\$	25.225,20
CLT - Comentada - 2016	1,00	R\$	252,00	R\$	252,00
CLT Organizada - Saraiva 2ª Edição	1,00	R\$	147,10	R\$	147,10
Coletor de Assinatura Topaz	3,00	R\$	6.600,00	R\$	759,00
Coluna de ligação entre Biombos	9,00	R\$	5.034,60	R\$	540,71
Comentários à Lei de Licitações Contrato	2,00	R\$	498,00	R\$	498,00
Comentários Lei Licitações 15ª Ed.	1,00	R\$	202,50	R\$	202,50
Comentários Lei Licitações 8ª Ed.	1,00	R\$	196,65	R\$	196,65
Computador HP AIO 800	33,00	R\$	173.344,93	R\$	17.334,18
Conjunto arquivo deslizante mecânico	2,00	R\$	105.175,00	R\$	34.181,47
Contratação Direta Sem Licitação 9ª Ed.	1,00	R\$	170,10	R\$	170,10
Contratação Direta Sem Licitação Vol. 6	1,00	R\$	180,00	R\$	180,00
Controle Biométrico de Ponto HENRY	1,00	R\$	1.980,00	R\$	198,00
Cooktop elétrico Fischer 2 bocas	2,00	R\$	1.162,00	R\$	124,66
Cooktop elétrico Tramontina 2 bocas	1,00	R\$	1.683,08	R\$	181,07
Cooktop Fisher 2 bocas a gás	1,00	R\$	400,00	R\$	43,00
Cooktop MIDEA-DESEA 4 queimadores	1,00	R\$	1.993,32	R\$	961,77
Cooktop Philco 1 queimador 220V	1,00	R\$	432,33	R\$	208,73
Desktop P3 Tower Workstation	18,00	R\$	143.939,34	R\$	130.984,74
Embalador de guarda-chuvas	1,00	R\$	656,00	R\$	65,60
Estante de aço com 06 prateleiras	18,00	R\$	7.759,62	R\$	2.538,84
Firewall (FortiGate 100F)	1,00	R\$	24.530,32	R\$	4.293,07
Firewall NSA 220	1,00	R\$	11.500,00	R\$	1.150,00
Flash Gerador ID Bio Autovolt	3,00	R\$	2.238,60	R\$	257,64
Flash ID BIO	1,00	R\$	1.137,00	R\$	130,55
FortiGate 100F Unified Threat Protection	1,00	R\$	13.049,63	R\$	2.283,93
Fragmentadora de papel	4,00	R\$	5.143,14	R\$	514,30
Frigobar Consul CRM50A	1,00	R\$	619,00	R\$	66,62
Gaveteiro volante, 2 gavetas e 1 gavetão	78,00	R\$	33.636,18	R\$	3.616,20
Gaveteiro volante, 2 portas, Laranja	13,00	R\$	20.909,20	R\$	2.249,00
Gaveteiro volante, 3 gavetas	28,00	R\$	11.739,49	R\$	1.303,50
Gol City MC, cor: Preta, Placa: FYM-9688	1,00	R\$	36.750,00	R\$	3.675,00
Gravador de áudio Zoom PodTrak P4	1,00	R\$	2.376,55	R\$	1.770,51
Gravador de Voz Sony Preto	5,00	R\$	1.695,00	R\$	169,50
Gravador Sony T-Mark	1,00	R\$	170,00	R\$	17,00
HD Dell Hot-Plugable 2TB	6,00	R\$	6.900,00	R\$	793,50
HD Externo Samsung 1TB	3,00	R\$	1.397,00	R\$	139,67
HD Externo Seagate	3,00	R\$	1.299,99	R\$	149,49
HD Externo WD My Passport 500GB	3,00	R\$	1.095,00	R\$	109,47

Iluminador 126 leds	1,00	R\$	2.095,63	R\$	1.561,29
Impressora HP Color LJ Flow MPF M880	2,00	R\$	55.952,00	R\$	5.595,20
Impressora HP Laser Color PRO 100	1,00	R\$	1.330,00	R\$	133,00
Impressora HP Laser Color PRO 200	1,00	R\$	1.330,00	R\$	133,00
Impressora HP Laser Color PRO 400	2,00	R\$	4.460,06	R\$	446,00
Impressora HP Laser Color PRO 400	1,00	R\$	2.230,03	R\$	223,00
Impressora HP Laser Jet CP 1025 Color	1,00	R\$	590,00	R\$	59,00
Impressora HP Laser Jet CP1025 Color	2,00	R\$	1.180,00	R\$	118,00
Impressora HP Laserjet Color M551DN	5,00	R\$	7.191,60	R\$	719,15
Impressora HP OfficeJet X585F	8,00	R\$	55.480,24	R\$	5.548,00
Impressora Multi OfficeJet	1,00	R\$	6.935,03	R\$	693,50
Impressora Plotter HP Designjet T120	1,00	R\$	3.960,00	R\$	396,00
ImpressoraHP Laser 107w	1,00	R\$	629,10	R\$	157,10
Ipad Apple	20,00	R\$	37.981,00	R\$	3.798,00
Kit sofá modular, 4 lugares + mesinha	3,00	R\$	31.264,08	R\$	3.360,96
Lavadora de roupa / Tanquinho semi-automático	1,00	R\$	326,00	R\$	34,83
Leitor Biométrico	1,00	R\$	440,00	R\$	50,60
Logitech Meetup USB Câmera	3,00	R\$	13.800,00	R\$	5.106,00
Logitech Microfone de Expansão for Meetu	3,00	R\$	3.000,00	R\$	1.110,00
Logitech TAP Meeting Room Touch Controll	3,00	R\$	15.000,00	R\$	5.550,00
Mercedes Sprinter 416, Placa: GAQ-0294	1,00	R\$	283.990,00	R\$	32.658,85
Mesa com 02 gavetas, pés de aço	1,00	R\$	331,04	R\$	35,66
Mesa com 03 gavetas, pés de aço	3,00	R\$	1.736,97	R\$	186,81
Mesa de escritório com tampo basculante e rodízios	1,00	R\$	590,00	R\$	63,19
Mesa de escritório com tampo fixo	1,00	R\$	324,00	R\$	34,83
Mesa de som	1,00	R\$	697,20	R\$	519,39
Mesa Presidência, estrutura cromada	1,00	R\$	4.517,19	R\$	485,54
Mesa principal com complemento em "L"	12,00	R\$	13.503,10	R\$	1.452,94
Mesa principal com gaveteiro fixo	4,00	R\$	3.687,76	R\$	397,08
Mesa principal e complemento para Presidência/Vic	1,00	R\$	2.058,33	R\$	221,16
Mesa principal L1400 x P700 x H740 mm	21,00	R\$	15.999,78	R\$	1.808,23
Mesa principal L1500 x P500 x H740 mm	22,00	R\$	15.136,77	R\$	1.761,86
Mesa principal Reunião Vice e Presidência	1,00	R\$	4.517,19	R\$	485,54
Mesa redonda alta	2,00	R\$	1.606,74	R\$	172,36
Mesa retangular com armário aberto	2,00	R\$	3.933,22	R\$	422,80
Mesa retangular para reunião	1,00	R\$	1.137,83	R\$	122,44
Mesa Reunião, estrutura cromada	1,00	R\$	4.334,80	R\$	466,04
Microcomputador CPU HP Pro Slim Line	4,00	R\$	5.248,00	R\$	524,80
Microcomputador Daten All In One	5,00	R\$	25.325,00	R\$	2.911,75
Microcomputador Dell AIO Inspiron	10,00	R\$	47.000,00	R\$	4.700,00
Microcomputador Dell ALL IN ONE 9010	56,00	R\$	263.200,00	R\$	26.320,00
Microcomputador Dell Optiplex 3070 MFF	16,00	R\$	59.200,00	R\$	6.808,00
Microcomputador Dell Optiplex AIO 9030	2,00	R\$	9.400,00	R\$	940,00
Microcomputador Portátil Dell Latitude	22,00	R\$	116.724,00	R\$	13.417,75
Microfone sem fio wireless	2,00	R\$	1.445,56	R\$	1.076,98
Microondas 34L	1,00	R\$	658,80	R\$	545,18
Microondas Brastemp Ative BMS45	1,00	R\$	355,00	R\$	38,25
Microondas Electrolux MEG41	1,00	R\$	564,80	R\$	272,30

Mini Pc, Windows 10, Intel Nuc Celeron 2	3,00	R\$	6.000,00	R\$	2.220,00
Monitor AOC 23,6"	20,00	R\$	17.003,60	R\$	1.956,80
Monitor Dell 20"	1,00	R\$	400,00	R\$	40,00
Monitor Dell 24" P2418HZm	16,00	R\$	21.904,00	R\$	2.515,20
Monitor Full HD	77,00	R\$	48.433,00	R\$	38.256,68
Monitor Lenovo ThinkVision T22i-30 LCD	18,00	R\$	16.200,00	R\$	14.742,00
Monitor Philips 24 Pol, LED, IPS	3,00	R\$	2.964,36	R\$	1.763,85
Monitor Philips LED 15,6"	4,00	R\$	800,00	R\$	80,00
Nobreak KNBE	5,00	R\$	11.064,25	R\$	8.740,95
No-Break Seiden Line Interactive	1,00	R\$	882,00	R\$	88,20
Nobreak SMS 1800VA	1,00	R\$	790,00	R\$	79,00
Nobreak SMS 3.1 KVA Sinus TRIAD	1,00	R\$	5.400,00	R\$	540,00
Nobreak SMS STATION II 1200VA	2,00	R\$	900,00	R\$	90,00
Nobreak SMS STATION II 600VA	3,00	R\$	900,00	R\$	90,00
Nobreak SMS, 4 tomadas	1,00	R\$	389,90	R\$	97,40
Nobreak SMS, 6 tomadas	1,00	R\$	639,90	R\$	159,90
NoBreak UPS Mini 600	10,00	R\$	3.800,00	R\$	3.002,00
Notebook	4,00	R\$	31.360,00	R\$	13.484,80
Notebook ACER	1,00	R\$	2.128,18	R\$	532,18
Notebook ASUS	1,00	R\$	1.791,80	R\$	447,80
Notebook Daten	3,00	R\$	13.875,00	R\$	1.595,25
Notebook DELL Inspiron 15	3,00	R\$	14.675,42	R\$	5.945,68
Notebook Dell Vostro 3360	29,00	R\$	92.800,00	R\$	9.280,00
Notebook Dell Vostro 5470	6,00	R\$	19.200,00	R\$	1.920,00
Notebook Dell Vostro 5480	5,00	R\$	25.500,00	R\$	2.550,00
Novo CPC - Comentado 2ª Edição	1,00	R\$	358,40	R\$	358,40
NÚMERO SEM USO	1,00	R\$	0,01	R\$	0,01
Plataforma de trabalho para 2 usuários	5,00	R\$	11.834,84	R\$	1.271,36
Plataforma de trabalho para 4 usuários	9,00	R\$	46.764,42	R\$	5.026,08
Plataforma de trabalho para 6 usuários	6,00	R\$	44.964,54	R\$	4.832,52
Poltrona giratória Paris Sued marrom	1,00	R\$	890,00	R\$	95,51
Projektor DELL 1610 HD	4,00	R\$	11.940,00	R\$	1.194,00
Projektor Multimídia OPTOMA W-401	1,00	R\$	4.400,00	R\$	440,00
Projektor MW560	14,00	R\$	57.400,00	R\$	53.095,00
Projektor Sony VPL-EX120	1,00	R\$	1.781,00	R\$	178,09
Purificador de Água Latina	2,00	R\$	1.241,00	R\$	1.064,30
Purificador de Água Latina PA335	1,00	R\$	435,50	R\$	46,61
Purificador de Água Latina PA355	1,00	R\$	508,00	R\$	54,61
Purificador de água Latina Puritronic	2,00	R\$	710,00	R\$	76,48
Purificador de Torneira Consul Facilita	1,00	R\$	374,02	R\$	39,97
Rack 40U 19" Preto com rodízios	1,00	R\$	3.850,00	R\$	413,72
Rack suporte para TV de 37-70"	3,00	R\$	2.490,00	R\$	267,03
Receptor de Voto	1,00	R\$	1.200,00	R\$	120,00
Refrigerador	1,00	R\$	3.003,00	R\$	3.003,00
Refrigerador Consul Frost Free CRM50A	1,00	R\$	1.741,00	R\$	187,08
Refrigerador Consul Frost Free Duplex	1,00	R\$	2.376,50	R\$	1.164,68
Registro de Preços e Pregão 6ª Edição	2,00	R\$	178,00	R\$	178,00
Relógio/Cronômetro Digital com central de comando	1,00	R\$	696,60	R\$	69,66

Relógio/Cronômetro Digital com central de comando	1,00	R\$	696,60	R\$	69,66
Renault Master 16 lug., Placa: FTR-6430	1,00	R\$	133.500,00	R\$	13.350,00
Roteador Cisco Wireless RV110W	2,00	R\$	1.200,00	R\$	120,00
Roteador Dlink DSR-1000N com 2 WAN	1,00	R\$	1.363,25	R\$	136,32
Roteador TP Link Dual Band	2,00	R\$	630,00	R\$	63,00
Sentra 2.0, cor: Prata, Placa: FSQ-2382	1,00	R\$	71.670,00	R\$	7.167,00
Servidor Poweredge R420 DELL	2,00	R\$	16.500,00	R\$	1.650,00
SERVIDOR THINKSYSTEM SR650 V3	1,00	R\$	43.100,00	R\$	41.807,00
Sistema de Incêndio Sede XV de Novembro	1,00	R\$	0,01	R\$	29.025,43
Sistema Registro Preços Pregão 4ª Ed.	1,00	R\$	161,10	R\$	161,10
Smart TV Semp Toshiba LED 32" DTV	2,00	R\$	2.440,00	R\$	244,00
Smart TV Semp Toshiba LED 55"	1,00	R\$	3.750,00	R\$	375,00
Sofá de couro, 1 lugar	1,00	R\$	3.203,85	R\$	656,71
Sofá de couro, 2 lugares	1,00	R\$	12.870,64	R\$	1.383,57
Softbox 40x40 cm	1,00	R\$	1.298,73	R\$	967,56
Software (aparelho de votação)	1,00	R\$	600,00	R\$	60,00
SPIN 1.8 LT, cor: Preta, Placa: DJM-8633	1,00	R\$	49.190,00	R\$	4.919,00
SPIN 1.8 LT, cor: Preta, Placa: DJM-8636	1,00	R\$	49.190,00	R\$	4.919,00
Storage NAS Asus	2,00	R\$	5.800,00	R\$	667,00
Suporte com Banqueta e Tela de Fundo	2,00	R\$	3.346,00	R\$	248,60
Switch 4 portas KVM ATEN Master View Max	1,00	R\$	1.500,00	R\$	150,00
Switch Dell 24 portas PCT 6224	7,00	R\$	37.800,00	R\$	3.780,00
Switch Dell Powerconnect 6224 24 portas	2,00	R\$	10.800,00	R\$	1.080,00
Tablet Samsung Galaxy Tab 16Gb Preto	4,00	R\$	7.942,00	R\$	913,56
Teleprompter	1,00	R\$	679,18	R\$	505,96
Tenda 3 x 3m em PVC, fechamento lateral	1,00	R\$	1.080,00	R\$	108,00
TV 85"	3,00	R\$	28.500,00	R\$	19.095,00
TV Monitor LG 21,5" LED Full HD	2,00	R\$	1.224,00	R\$	122,40
TV Monitor Samsung 40" LED Full HD	2,00	R\$	4.638,00	R\$	463,78
Unidade de Backup Dell	1,00	R\$	13.100,00	R\$	1.310,00
Unidade de Flash ID BIO	3,00	R\$	1.470,30	R\$	169,20
Vade Mecum Licitações Contratos 6ª Ed.	1,00	R\$	427,50	R\$	427,50
Vade Mecum Revista dos Tribunais 8ª Ed.	1,00	R\$	114,75	R\$	114,75
Van MERCEDES SPRINTER 416	1,00	R\$	283.990,00	R\$	45.438,40
Ventilador de Coluna Preto	2,00	R\$	375,40	R\$	40,10
Ventilador de coluna Ventisol	9,00	R\$	1.489,77	R\$	1.277,73
Ventilador de Parede Preto	2,00	R\$	328,26	R\$	35,40
Ventilador de parede Tron Preto 60 cm	2,00	R\$	299,74	R\$	79,86
Ventilador de Parede Ventisol Preto	2,00	R\$	328,26	R\$	35,40
Vilanova Artigas, Ed. Terceiro Nome	2,00	R\$	192,00	R\$	192,00
Total Geral	1640,00	R\$	4.119.557,18	R\$	992.439,53



Minuta de Contrato 0879935 - CAUSP/GADM/COLC

Em 04 de fevereiro de 2026.

**MINUTA PADRONIZADA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA****MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO Nº .../2025-CAU/SP
(Contratação de espaço em coworking)****TERMO DE CONTRATO Nº.../2025-CAU/SP QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO
ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO E A EMPRESA**

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP,arquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrita no CNPJ sob o nº 15.131.560/0001-52, com sede à Rua Quinze de Novembro, 194 – Centro - São Paulo - SP, neste ato representado por sua Presidente /em exercício Sra. **Camila Moreno de Camargo/Andreia de Almeida Ortolani**, conforme ata de eleição e posse registrada sob o nº 9.119.457 no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e (**nome da empresa contratada**), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, neste ato representada por seu/sua sócio(a) Sr./Sra., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 00179.004286/2025-27 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de serviços de locação de espaço em coworking, a serem executados sem regime dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de espaço em coworking	4316	Mês	24		
TOTAL						

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O Edital de Licitação;

1.3.3 A Proposta do Contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é **24 meses** contados do(a) **emissão da ordem de serviço**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. DO PREÇO

5.1.10 valor total da contratação é de R\$..... (.....), conforme planilha constante na cláusula 1.2.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/09/2025.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Conselho de arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 7.2. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 8.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada

deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.5. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.6. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.8. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 11, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único as Lei nº 14.133, de 2021);

8.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa**:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de

reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto:

12.8.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CAU/SP, para o exercício de **2025**, na classificação abaixo:

Nota de Empenho nº/**2025**

Data de emissão:/**2025**

Valor: **R\$**

Elemento de Despesa:

Centro de Custos:

13.2. No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, de de 2025

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP

CAMILA MORENO DE CAMARGO/ANDREIA DE ALMEIDA ORTOLANI

Presidente /em exercício

CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA CONTRATADA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARGO NA EMPRESA

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO**, **Presidente CAU/SP**, em 04/02/2026, às 10:44 (horário de Brasília), conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **AB295062** e informando o identificador **0879935**.

Minuta de Contrato 0879941 - CAUSP/GADM/COLC

Em 04 de fevereiro de 2026.

MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO Nº .../2025-CAU/SP
(LOCAÇÃO[A1] DE GALPÃO)**TERMO DE CONTRATO Nº.../2025-CAU/SP QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO**
ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO E A EMPRESA

O **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP**,arquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrita no CNPJ sob o nº 15.131.560/0001-52, com sede à Rua Quinze de Novembro, 194 – Centro - São Paulo - SP, neste ato representado por sua Presidente /em exercício Sra. **Camila Moreno de Camargo/Andreia de Almeida Ortolani**, conforme ata de eleição e posse registrada sob o nº 9.119.457 no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e (**nome da empresa contratada**), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, neste ato representada por seu/sua sócio(a) Sr./Sra., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 00179.004286/2025-27 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

SULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a locação de imóvel situado no endereço **[endereço]**, bairro **[bairro]**, no Município de **[cidade]/[UF]**, objeto da matrícula nº **[matrícula]**, do **[nº ofício]**º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de **[comarca]**, para abrigar as instalações do **[unidade ou entidade do órgão locatário]**.
- 1.2. O presente Contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores a respeitá-lo.**[A2]**

SULA SEGUNDA – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021, o qual autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação quando restar comprovado que o imóvel é o único apto a atender as necessidades da Administração Pública.**[A3]**

OU

2.2. O presente Termo de Contrato é formalizado com base na Concorrência **[XX/XXXX]**, conforme art. 21 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, por haver mais de um imóvel apto a atender as necessidades da Administração Pública.

SULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR[A4]

- 3.1. O LOCADOR obriga-se a:**[A5]**
- 3.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;
- 3.1.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte do LOCATÁRIO;
- 3.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

- 3.1.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 3.1.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 3.1.6. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;
- 3.1.7. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
- 3.1.8. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;
- 3.1.9. *Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como:*
- 3.1.9.1. *obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;*
 - 3.1.9.2. *pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;*
 - 3.1.9.3. *obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;*
 - 3.1.9.4. *indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;*
 - 3.1.9.5. *instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;*
 - 3.1.9.6. *despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;*
 - 3.1.9.7. *constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;*
- 3.1.10. *Fornecer, quando solicitado, ao LOCATÁRIO, informações sobre a composição da taxa condominial paga;*
- 3.1.11. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU), taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, bem como eventuais outros encargos incidentes sobre o imóvel cujo pagamento não incumba ao LOCATÁRIO;[\[A6\]](#)
- 3.1.12. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de **condicionadores de ar, combate a incêndio e rede de lógica**, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica, com laudo técnico atestando a adequação, segurança e funcionamento dos equipamentos;[\[A7\]](#)
- 3.1.13. *Realizar a manutenção dos elevadores, geradores e ar-condicionado, às suas expensas;*[\[A8\]](#) [\[A9\]](#)
- 3.1.14. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- 3.1.15. Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo;
- 3.1.16. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamento do prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza;
- 3.1.17. Notificar o LOCATÁRIO, no caso de alienação do imóvel/espço físico durante a vigência deste Contrato, para o exercício do direito de preferência na compra, devendo esta manifestar seu interesse no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação; e
- 3.1.18. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

SULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO

- 4.1. O LOCATÁRIO obriga-se a:[\[A10\]](#)
- 4.1.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo de Contrato;
 - 4.1.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
 - 4.1.2.1. É vedada a sublocação, o empréstimo ou cessão do referido imóvel/espço físico, em parte ou no seu todo, sem autorização do LOCADOR;
 - 4.1.3. Realizar vistoria do imóvel, antes do recebimento das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;
 - 4.1.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;
 - 4.1.4.1. Os vícios e/ou defeitos que não constarem no Termo de Vistoria feito na devolução do imóvel serão de responsabilidade do LOCADOR.
 - 4.1.4.2. Quando da devolução do imóvel/espço físico, o LOCATÁRIO poderá efetuar, em substituição a sua recuperação, pagamento a título de indenização, com base no termo de vistoria a ser confrontado com aquele firmado no recebimento do

imóvel/espaco físico, desde que existam recursos orçamentários e que seja aprovado pela autoridade competente, além da concordância do LOCADOR, inclusive quanto ao valor a lhe ser indenizado.

4.1.5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

4.1.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de 10 (dez) dias, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.245, de 1991;

4.1.7. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

4.1.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR, salvo as adaptações consideradas convenientes ao desempenho das suas atividades;[\[A11\]](#)

4.1.9. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;

4.1.10. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como:[\[A12\]](#)

4.1.10.1. salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio;

4.1.10.2. consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;[\[A13\]](#)

4.1.10.3. limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;

4.1.10.4. *manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;*

4.1.10.5. *manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum destinados à prática de esportes e lazer;*

4.1.10.6. *manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas;*

4.1.10.7. pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;

4.1.10.8. rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação; e

4.1.10.9. reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.

4.1.11. O LOCATÁRIO somente ficará obrigado ao pagamento das despesas ordinárias de condomínio caso sejam comprovadas a previsão orçamentária e o rateio mensal, podendo exigir a qualquer tempo tal comprovação.

4.1.12. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

4.1.13. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

4.1.14. Pagar quaisquer multas ou penalidades que venham a ser aplicadas, ou intimações que venham a ser feitas pelos poderes públicos em virtude de desrespeito às leis federais, estaduais ou municipais, no que se refere à utilização do imóvel/espaco físico locado;

4.1.15. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos;

4.1.16. Levar o presente contrato de locação a registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.[\[A14\]](#)

4.2. O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.

SULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

5.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o art. 578 do Código Civil.

5.1.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, serão indenizáveis mediante desconto mensal no aluguel ou retenção, na forma do art. 35 da Lei nº 8.245, de 1991.

5.2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

SULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL

6.1. O valor do aluguel mensal [\[A15\]](#) é de R\$ **[0,00]** (*valor por extenso*), perfazendo o valor total [\[A16\]](#) de R\$ **[0,00]** (*valor por extenso*).

6.2. As despesas ordinárias do condomínio, bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica,

tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente ao LOCATÁRIO, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

6.2.1. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADOR e LOCATÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o LOCATÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

SÚmula SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

Da Liquidação

7.1. Apresentado o recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO.

7.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#)).

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o LOCATÁRIO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7. Persistindo a irregularidade, o LOCATÁRIO deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Pagamento

7.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.10. No caso de atraso pelo LOCATÁRIO, os valores devidos ao LOCADOR serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **[indicar o índice]** de correção monetária.[\[A17\]](#)

7.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[\[A18\]](#)

SÚmula OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de **X X (valor por extenso) [meses]/[anos]**, com início na data de **DD/MM/AAAA** e encerramento em **DD/MM/AAAA**, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse das partes, ser prorrogado por períodos sucessivos.[\[A19\]](#)

8.1.1. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

8.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o LOCADOR, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

8.1.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que a locação tenha transcorrido regularmente;

8.1.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na locação;

8.1.2.3. Haja manifestação expressa do LOCADOR informando o interesse na prorrogação; e

8.1.2.4. Seja comprovado que o LOCADOR mantém as condições iniciais de habilitação.

8.1.3. *O LOCADOR não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

8.1.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

8.1.5. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o LOCADOR tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

8.1.6. Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de **XX (valor por extenso)** dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

JSULA NONA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO

9.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do art. 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

JSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da avaliação do imóvel, em **DD/MM/AAAA**.

10.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratante, o, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **[Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M] ou [Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI]**, **[A21]** ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade**[A22]**.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a LOCADORA aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no Município em que se situa o imóvel.

JSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

JSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante da LOCATÁRIA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

12.1.1. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.1.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.1.3. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

JSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

JSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Serão aplicáveis às partes as seguintes sanções:

(1) Multa Moratória de **XX%** (**xxxxx** por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso no pagamento pela LOCATÁRIA do aluguel, até o limite de **XX (valor por extenso)** dias;

(2) Multa Compensatória de **XX%** (**xxxxx** por cento) sobre o valor do contrato caso o atraso no aluguel supere o limite do item (1);

(3) Multa Compensatória **XX%** (**xxxxx** por cento) a **XX%** (**xxxxx** por cento) do valor do Contrato em razão de descumprimento de obrigação contratual, por ocorrência, salvo no caso de atraso no pagamento de aluguel, objeto das multas dos itens 1 e 2.

14.1.1. A aplicação da multa do item 2 acima afasta a do item 1 [\[A23\]](#)

14.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado.

14.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo LOCATÁRIO ao LOCADOR, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

14.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida pela parte administrativamente no prazo máximo de **XX (valor por extenso)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e
- d) os danos que dela provierem.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

14.9. Os débitos do LOCADOR para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma

JSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

15.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

15.3.3. Indenizações e multas.

15.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

15.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

JSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

JSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

JSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, e, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, de de **2025**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP

CAMILA MORENO DE CAMARGO/ANDREIA DE ALMEIDA ORTOLANI

Presidente /em exercício

CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA CONTRATADA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARGO NA EMPRESA

CONTRATADA

[A1] ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA

1) O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. **As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual, ao contrário do TR, foram feitas para sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.**

2) A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são disposições feitas para variar. Por essa razão, **quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos**, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.

3) **Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência**, de acordo com as peculiaridades do objeto e cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação (minuta do Edital, se for o caso, e minuta de Termo de Referência), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.

4) **Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração da Minuta Contratual**, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.

5) **Recomenda-se indicar no processo a versão (mês e ano) utilizada para elaboração da minuta**, em especial ao encaminhar o feito para análise jurídica. Tal informação consta no rodapé do documento. Essa indicação pode ocorrer expressamente no despacho de encaminhamento ou mantendo-se o rodapé na minuta encaminhada, conforme o caso. É um dado importante já que indica qual o parâmetro a ser utilizado na checagem.

6) O registro das atualizações feitas (“Nota de Atualização”) em cada versão pode ser obtido na página principal dos modelos de licitações e contratos no sítio eletrônico da AGU. Quaisquer sugestões de alteração poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br.

7) Este modelo poderá ser adotado por todos os entes federados, conforme estabelece o inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, sobretudo em virtude da possível existência de normas locais específicas, que poderão ser consideradas no caso concreto.

[A2] Nota Explicativa: Enfatize-se que o imóvel locado deve atender ao Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, ou documento que o substitua, em conformidade com o disposto no art. 4º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

[A3] Nota Explicativa: Ajustar conforme seja o caso

[A4] Nota Explicativa: É pouco usual que locações simples, sem serviços acessórios envolvam o tratamento de dados pessoais, razão pela qual não houve a inclusão, neste modelo, da cláusula com as obrigações decorrentes da LGPD, conforme Parecer n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU. No entanto, caso o contrato envolva tratamento de dados pessoais, nada impede que a área competente insira a cláusula respectiva, a qual poderá ser extraída de qualquer um dos modelos de minuta contratual de serviços.

[A5] Nota Explicativa: As cláusulas indicadas são as mínimas necessárias, conforme art. 22 da Lei nº 8.245, de 1991. As necessidades do órgão ou entidade pública, peculiaridades da locação e características do imóvel podem demandar outras obrigações a cargo das partes.

Os subitens que fazem referência a condomínio só se aplicam quando o imóvel locado pertencer a edifício dividido em unidades autônomas.

[A6] Nota Explicativa: Lembramos que, embora seja praxe no mercado a atribuição da responsabilidade pelo pagamento do IPTU ao locatário, a legislação não estabelece tal obrigação. Ao contrário, a atribuição compete, em princípio ao locador, salvo disposição contratual em contrário (art. 22, inciso VIII, da Lei nº 8.245, de 1991).

Assim, recomendamos que haja negociação de tal cláusula entre as partes, lembrando sempre do princípio da prevalência do interesse público.

Se a locatária ficar responsável pelo pagamento do IPTU, convém que se utilize o sistema de reembolso, de modo que esta não arque com eventuais atrasos no pagamento. Nesse caso, a cláusula a ser empregada é:

3.1.11. Pagar, ainda, a LOCATÁRIA juntamente com o recibo do aluguel aos LOCADORES, pelo sistema de reembolso, mediante apresentação de recibo ou comprovantes devidos, as despesas correspondentes ao IPTU, relativo à área locada, excluídas as multas e juros de mora devidos por atraso no pagamento.

Nota Explicativa 2: Atentar que a Contribuição de Iluminação Pública costumeiramente é paga junto com a conta de energia elétrica, devendo, no caso de pagamento conjunto de ambos os valores, a locatária obter os devidos ressarcimentos, se for o caso.

[A7] Nota Explicativa: O conteúdo do subitem deve ser adaptado de acordo com as características específicas do imóvel locado.

É importante exigir laudo atestando o funcionamento dos equipamentos.

[A8] Nota Explicativa 1: Trata-se de cláusula a ser negociada, conforme interesse da Administração Pública. A tendência atual é colocar tais encargos sob responsabilidade da locadora.

Nota Explicativa 2: Em caso de condomínio, também é possível negociar cláusula com prazo para o locador solucionar o problema, pois cabe a ele entregar o imóvel em perfeito estado de uso. Na prática, ele pode pagar e depois cobrar em regresso do condomínio.

[A9]Nota Explicativa: O conteúdo do subitem deve ser adaptado de acordo com as características específicas do imóvel locado.

É importante exigir laudo atestando o funcionamento dos equipamentos.

[A10]Nota Explicativa: As cláusulas são as mínimas necessárias, conforme art. 23 da Lei nº 8.245, de 1991. As necessidades do órgão ou entidade pública, peculiaridades da locação e características do imóvel podem demandar outras obrigações a cargo das partes.

Os subitens que fazem referência a condomínio só se aplicam quando o imóvel locado pertencer a edifício dividido em unidades autônomas.

[A11]Nota Explicativa: Atentar que, caso se trate de benfeitoria útil, ela deve ser previamente aprovada, para fins de indenização. Nessa situação, se a Administração realizar a modificação sem autorização, ela não poderá ser ressarcida. Por essa razão, recomenda-se sempre solicitar a autorização.

[A12]Nota Explicativa: Recomenda-se verificar se as obrigações constantes neste subitem não ficaram sob responsabilidade da locadora.

[A13]Nota Explicativa: Se o contrato tiver como obrigação da locadora o pagamento da Contribuição de Iluminação Pública, atentar que ela costumeiramente é paga junto com a conta de energia elétrica, devendo, no caso de pagamento conjunto de ambos os valores, a locatária obter os devidos ressarcimentos.

[A14]Nota Explicativa: Há necessidade de registro do contrato de locação no Cartório de Registro de Imóveis, para que possa valer em face de terceiros eventual "cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada", em vista do disposto no art. 167, inciso I, nº 3, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

[A15]Nota Explicativa: Um dos requisitos da inexigibilidade de licitação para locação de imóvel (art. 74, § 5º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021) é a avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos. O laudo que resultar de tal avaliação irá indicar, ao final, uma margem de valores reputados como aceitáveis para adoção como aluguel.

Conforme orientação do TCU, tal pesquisa de preços costuma englobar a obtenção de orçamentos junto a empresas do ramo (no caso, imobiliárias). Por óbvio, os orçamentos devem referir-se a imóveis de características, instalações e padrão similares àquele que se pretende locar (área útil, número de salas, comodidades, padrões de acabamento, localização, manutenção etc.).

Não há necessidade de homologação do referido laudo pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, uma vez que esta foi dispensada pelo art. 65, inciso IV, da Instrução Normativa SPU/MGI nº 98, de 6 de março de 2025.

[A16]Nota Explicativa: O valor total abrangerá o período original de vigência do contrato.

[A17]Nota Explicativa: Deverá a Administração indicar o índice de preços a ser utilizado para a atualização monetária do valor devido ao contratado.

[A18]Nota Explicativa: A natureza do contrato e o objeto da contratação irão determinar a retenção tributária eventualmente cabível, bem como a possibilidade de a empresa se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.

[A19]Nota Explicativa: A Orientação Normativa AGU nº 6, de 01 de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos vinculados à Advocacia-Geral da União determina que "a vigência do contrato de locação de imóveis, no qual a Administração Pública é locatária, rege-se pelo art. 51 da Lei nº 8.245, de 1991, não estando sujeita ao limite máximo de sessenta meses, estipulado pelo inc. II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993".

Recentemente, a Advocacia-Geral da União editou a Orientação Normativa nº 93, de 17 de dezembro de 2024, com semelhante teor:

"A vigência do contrato de locação de imóveis no qual a Administração Pública é locatária não se sujeita aos limites constantes dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo facultado que atos normativos internos estipulem limites de vigência contratual."

Vale mencionar que a Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, estipulou prazos de vigência contratual em seu art. 9º.

[A20]Nota Explicativa: O PARECER n. 00003/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, ratificou o entendimento da Consultoria-Geral da União de que o reajuste em sentido estrito dos preços contratados, por meio da aplicação de índice que reflita efetivamente as variações dos custos do mercado, não representa uma modificação contratual e **sua concessão ex officio pela Administração deve ser a regra**, independentemente da natureza do objeto, incluindo serviços continuados e contratos de escopo. Todavia, restou assentado, excepcionalmente, que, "Por caracterizar-se o reajuste em sentido estrito como direito de ordem patrimonial e disponível, não há óbice jurídico para que, em tese, seja consumada a renúncia tácita ou a preclusão lógica do seu exercício nos contratos continuados e nos contratos de escopo, **desde que cumulativamente:** (a) o edital ou contrato preveja expressamente que a concessão do reajuste resta condicionada à solicitação do contratado; (b) que não haja solicitação do reajuste antes da celebração de aditamento de vigência; (c) seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste e (d) o edital expressamente preveja que a formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito". Observe-se que, para condicionar o reajuste à solicitação do contratado, a Administração deverá apresentar **motivação idônea** nos autos do processo administrativo, promovendo as respectivas adequações na cláusula sétima da minuta de termo de contrato.

[A21]Nota Explicativa: O índice de reajuste eleito deve ser aquele que melhor reflita a recomposição de preços do específico setor do objeto do contrato (no caso, locação imobiliária).

Normalmente, na locação de imóveis, o índice adotado é o IGP-M, ou o IGP-DI, ambos da Fundação Getúlio Vargas, mas trata-se de critério técnico a ser analisado pelo órgão.

[\[A22\]](#) **Nota Explicativa 1:** A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.

Nota Explicativa 2: A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual (art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021). Caso haja a utilização de mais de um índice, deverá a Administração ajustar a redação da cláusula de modo a especificar o insumo respectivo sobre o qual incidirá cada índice de correção.

[\[A23\]](#) **Nota Explicativa 1:** As penalidades aqui previstas são meramente exemplificativas, podendo ser ajustadas conforme circunstâncias do caso concreto.

Nota Explicativa 2: Sendo um contrato da Administração, regido por normas de direito privado, não é aplicável o regime sancionatório da Lei nº 14.133, de 2021, que pressupõe um poder excepcional da Administração.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA MORENO DE CAMARGO**, **Presidente CAU/SP**, em 04/02/2026, às 10:44 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **9B127594** e informando o identificador **0879941**.